

03

ano 1 | dezembro 2010

**Revista eletrônica de
estudos urbanos
e regionais**

@metropolis



REVISTA ELETRÔNICA E-METROPOLIS

ISSN 2177-2312

Publicação trimestral dos alunos de pós-graduação de programas vinculados ao Observatório das Metrópoles.

Observatório das Metrópoles
Prédio da Reitoria, sala 522
Cidade Universitária - Ilha do Fundão
21941-590 Rio de Janeiro RJ
Tel: (21) 2598-1932
Fax: (21) 2598-1950
E-mail: emetropolis@observatoriodasmetroles.net
Web-site: www.observatoriodasmetroles.net/emetropolis

A revista eletrônica *e-metropolis* é uma publicação trimestral que tem como objetivo principal suscitar o debate e incentivar a divulgação de trabalhos, ensaios, resenhas, resultados parciais de pesquisas e propostas teórico-metodológicas relacionados à dinâmica da vida urbana contemporânea e áreas afins.

A revista é editada por alunos de pós-graduação de programas vinculados ao Observatório das Metrópoles e conta com a colaboração de pesquisadores, estudiosos e interessados de diversas áreas que tenham como tema os múltiplos aspectos envolvidos nos estudos relacionados à vida nas grandes cidades. O conselho editorial é composto por professores de destaque na comunidade acadêmica e que selecionarão os artigos no formato *blind-review*.

Cada número se estruturará através de uma composição que abrange um tema principal - tratado por um especialista convidado a abordar um tema específico da atualidade -, artigos que podem ser de cunho científico ou opinativo e que serão selecionados pelo nosso comitê editorial, entrevistas com profissionais que tratem da governança urbana, bem como resenhas de publicações que abordem os diversos aspectos do estudo das metrópoles e que possam representar material de interesse ao nosso público leitor.

EDITOR-CHEFE

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

EDITORES

Carolina Zuccarelli

Eliana Kuster

Juciano Martins Rodrigues

Marianna Olinger

Paula Silva Gambim

Renata Brauner Ferreira

Rodrigo de Moraes Rosa

CONSELHO EDITORIAL

Profª Drª. Ana Lúcia Rodrigues (DCS/UEM)

Prof Dr. Aristides Moysés (MDPT/PUC-Goiás)

Prof Dr. Carlos de Mattos (IEU/PUC-Chile)

Prof Dr. Carlos Vainer (IPPUR/UFRJ)

Profª Drª. Cláudia Ribeiro Pfeiffer (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Emilio Pradilla Cobos (UAM do México)

Profª Drª. Fania Fridman (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Frederico Araujo (IPPUR/UFRJ)

Profª Drª. Héléne Rivière d'Arc (IHEAL)

Prof Dr. Henri Acserald (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Hermes Magalhães Tavares (IPPUR/UFRJ)

Profª Drª. Inaiá Maria Moreira Carvalho (UFB)

Prof Dr. João Seixas (ICS)

Prof Dr. Jorge Natal (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Jose Luis Coraggio (UNGS/Argentina)

Profª Drª. Lúcia Maria Machado Bógus (FAU/USP)

Profª Drª. Luciana Corrêa do Lago (IPPUR/UFRJ)

Profª Drª. Luciana Teixeira Andrade (PUC-Minas)

Prof Dr. Luciano Fedozzi (IFCH/UFRGS)

Prof Dr. Luiz Antonio Machado (IUPERJ)

Prof Dr. Manuel Villaverde Cabral (ICS)

Prof Dr. Marcelo Baumann Burgos (PUC-Rio/CEDES)

Profª Drª. Márcia Leite (PPCIS/UERJ)

Profª Drª. Maria Julieta Nunes (IPPUR/UFRJ)

Profª Drª. Maria Ligia de Oliveira Barbosa (IFCS/UFRJ)

Prof Dr. Mauro Kleiman (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Robert Pechman (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Robert H. Wilson (University of Texas)

Profª Drª. Rosa Moura (IPARDES)

Ms. Rosetta Mammarella (NERU/FEE)

Prof Dr. Sergio de Azevedo (LESCE/UENF)

Profª Drª. Simaia do Socorro Sales das Mercês (NAEA/UFPA)

Profª Drª Sol Garson (PPED/IE/UFRJ)

Profª Drª. Suzana Pasternak (FAU/USP)

FICHA TÉCNICA

nº 03 ▪ ano 1 | dezembro de 2010

projeto gráfico e editoração eletrônica

Paula Sobrino

capa

Gustavo Zapata

revisão

Tamara Grisolia



imagem de capa:
Gustavo Zapata

Gustavo Zapata é publicitário e designer gráfico,
de Medellin, Colombia.

zetailustra@gmail.com
www.flickr.com/zetinho

PESQUISADORES PARECERISTAS EM 2010

Agradecemos aos nossos pareceristas, abaixo mencionados, pela valiosa contribuição que têm prestado à seleção dos artigos publicados na *e-metropolis* ao longo deste ano.

- Prof^a Dr^a. Ana Lúcia Britto (PROURB/UFRJ)
- Prof^a Dr^a. Fania Fridman (IPPUR/UFRJ)
- Prof Dr. Hermes Magalhães Tavares (IPPUR/UFRJ)
- Prof^a Dr^a. Julieta Nunes (IPPUR/UFRJ)
- Prof^a Dr^a. Luciana Corrêa do Lago (IPPUR/UFRJ)
- Prof^a Dr^a. Luciana Teixeira Andrade (PUC-Minas)
- Prof Dr. Mauro Kleiman (IPPUR/UFRJ)
- Prof. Dr. Orlando Alves dos Santos Junior (IPPUR/UFRJ)
- Prof Dr. Robert Pechman (IPPUR/UFRJ)
- Prof^a Dr^a. Suzana Pasternak (FAU/USP)
- Prof^a Dr^a. Vivian Ferreira Paes

EDITORIAL

O terceiro número da revista *e-metropolis* está pronto! Gostaríamos de expressar a nossa satisfação com as contribuições que temos recebido e que vêm a nos confirmar a existência de um espaço para esse tipo de publicação dentro dos estudos metropolitanos brasileiros.

Abrimos esta edição com um provocativo texto de Pedro Célio Alves Borges, a respeito da extinção do Senado brasileiro. As palavras de Borges fazem eco à enquete lançada no site do Observatório das Metrôpoles que versava sobre essa polêmica questão e apimentam a discussão através do exame mais detalhado dos vários argumentos a respeito da necessidade ou não da manutenção desta instância legislativa.

Em seguida, apresentamos o artigo de Neil Brenner, que nos oferece a desafiadora questão: o que é uma teoria crítica urbana? O autor vai construir um panorama que articula entre quatro pontos fundamentais a construção de idéia de teoria crítica: o seu próprio caráter teórico; a sua reflexividade; a crítica da racionalidade instrumental; e a ênfase na separação entre o presente e o possível. É através desta articulação que Brenner vai entrelaçar as teorias críticas urbana e social, mostrando como neste momento de forte reestruturação urbana mundial, se estabelece uma relação entre estes dois pensamentos, não sendo possível tratá-los de maneira isolada.

Em 'Metropolización del homicidio en Colombia', Óscar Alfonso vai deter-se nas estatísticas a respeito dos homicídios neste país para concluir: as crescentes taxas de crimes de morte nos últimos anos mostram que estes tornaram-se predominantemente metropolitanos. O autor atribui esta mudança à dificuldade de inserção social, e parte do estabelecimento desta relação para tecer considerações sobre esta nova geografia do homicídio, que seria o espelho do fenômeno de desigualdade social. Esta desigualdade, segundo Alfonso, necessita de novas formas de abordagem, que se mostrem mais eficazes em compreendê-la e tratá-la.

Embora tratando de realidades diferentes, é possível estabelecer um diálogo entre o artigo de Alfonso e o texto seguinte, de Marcelo Cedro, no qual o autor traça um panorama, através de quatro autores, a respeito das teorias sobre a segregação sócio-espacial no Brasil. Cedro estabelece uma comparação entre as principais correntes teóricas que se ocupavam desta questão nos anos 70 e os autores contemporâneos selecionados, que representam abordagens diferenciadas do fenômeno de segregação.

Na entrevista desta edição, tratamos ainda de um tema abordado em nosso número anterior: os mega-eventos e as suas conseqüências para as cidades que os sediam. Esta é uma questão fundamental a ser pensada tendo como foco as cidades brasileiras que sediarão a Copa do Mundo de 2014 e, em especial o Rio de Janeiro, que também abrigará os Jogos Olímpicos de 2016. Anne Marie Broudehoux, em entrevista concedida à *e-metropolis*, trata deste tema sob diversas perspectivas, tendo como foco especial o caso do Brasil.

Fechamos este número da nossa revista tratando dos diversos aspectos do comércio ilícito e de seu alastramento mundial, a despeito de todos os prejuízos que dele advêm, através da resenha de Arthur Coelho sobre o livro de Moisés Naím, 'Ilícito: o ataque da pirataria, da lavagem de dinheiro e do tráfico à economia global'.

O ensaio fotográfico desta edição reúne, sob o título 'Narrativas da cidade', visões pessoais sobre o espaço urbano criadas na relação entre palavras e imagens, a partir de percursos e mapeamentos, buscando associar arte, cotidiano e mobilidade. Foi fruto de um trabalho colaborativo desenvolvido por um grupo de artistas que se encontraram no Núcleo de Arte e Tecnologia da Escola de Artes Visuais do Parque Lage: Jacqueline Siano, Juana Amorim, Juliana Franklin, Lia Sarno, Lídice Matos e Leandra Lambert, sob a coordenação de Giodana Holanda.

Nós, editores de *e-metropolis*, desejamos aos nossos leitores uma excelente leitura desta que já é a terceira edição da nossa revista. Agradecemos aos autores que contribuíram com os seus textos e resenhas, e esperamos continuar atuando como um veículo de divulgação da produção acadêmica e teórica na área dos estudos urbanos. Nos despedimos por ora, e nos encontraremos novamente na próxima edição!

MATÉRIA DE CAPA

- 04 O Senado e os interesses das unidades territoriais
The Senate and the interests of territorial units
Por Pedro Célio Borges

ARTIGOS

- 07 Metropolización del homicidio en Colombia
Metropolização do homicídio na Colômbia
Por Óscar Alfredo Alfonso
- 15 Segregação socioespacial: descrição de algumas abordagens no Brasil
Socioespacial Segregation: description of some approaches in Brazil
Por Marcelo Cedro
- 20 O que é teoria crítica urbana?
What is critical urban theory?
Por Neil Brenner

ENTREVISTA

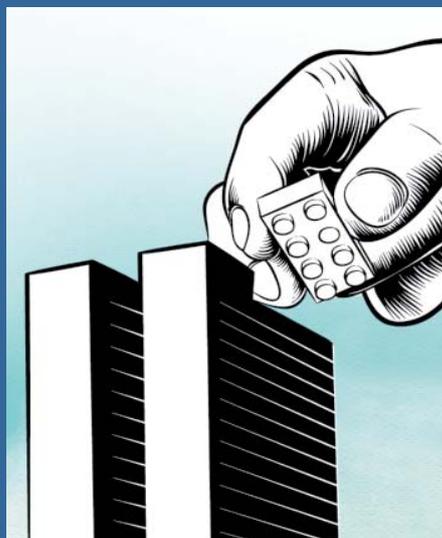
- 29 Mega Eventos: o futuro do planejamento ou o planejamento como futuro?
Mega events: the future of the planning or the planning as a future?
Com Anne-Marie Broudehoux

RESENHA

- 35 “Enxugando gelo” ou a inevitável vitória do comércio ilícito
“Enxugando gelo” or the inevitable victory of illicit trade
Por Arthur Coelho Bezerra

ENSAIO

- 38 Narrativas da cidade
Narratives of the city
Por Jacqueline Siano, Juana Amorim, Juliana Franklin, Lia Sarno, Lídice Matos e Leandra Lambert, sob a coordenação de Giodana Holanda



por

**Pedro Célio
Alves Borges**

pcab21@hotmail.com

Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (1998). É professor adjunto da Universidade Federal de Goiás, atuando nas disciplinas Teoria Sociológica, Sociologia Política e Política Brasileira. Desenvolve pesquisas e orienta alunos especialmente nas linhas Cultura Política, Políticas Públicas, Participação política e Democracia. Atualmente é diretor, em segundo mandato, da Sociedade Brasileira de Sociologia.

O Senado e os interesses das unidades territoriais

O Senado Federal junto com a Câmara dos Deputados constituem a representação legislativa a nível nacional, sendo responsáveis pela produção de leis que terão impacto sobre todo o território nacional. Nos últimos anos, o Senado, a reboque das discussões sobre escândalos de corrupção e etc., tem sido objeto de muitas discussões em todo o país, sendo a principal delas o questionamento da sua existência.

O texto do pesquisador Pedro Célio Borges faz eco à enquete lançada no site do Observatório das Metrôpoles, que versava sobre essa polêmica questão e apimenta a discussão através do exame mais detalhado dos vários argumentos a respeito da necessidade ou não da manutenção desta instância legislativa.

Assegurar a integridade do imenso território nacional é a justificativa principal para o sistema bicameral brasileiro, desde 1891. A idéia hoje permanece, sem grandes interferências, dando vértebra ao federalismo.

No Congresso Constituinte de 1988, poucas vozes sinalizaram a intenção de debater as vantagens para a democracia com a alternativa de uma única casa parlamentar. Implicaria, por óbvio, no fim do Senado. A escassa ressonância obtida à época entre as elites políticas e a opinião pública, fornece um exemplo da transição brasileira e de seu “marco normativo”: a constituição-cidadã. Como em outros temas centrais à luta democrática (anistia recíproca, indefinições da função social da terra), nesse também prevaleceu a fusão de mudanças e manutenção.

O modelo de conciliação e reforma, em que a primeira sempre retarda e às vezes subordina a segunda, comemorou sua saga de emblema de nossa República ao reaparecer no eixo das negociações que finalizavam a ditadura de 1964, com o mesmo vigor de um século antes. O nicho para a representação exclusiva das oligarquias regionais prossegue no desenho institucional da nova etapa de formação do país, agora regido pela democracia política.

Imensidão do território e diversidade da sua ocupação mais uma vez combinam-se como cláusula pétreia fincada na cultura política. Reiteram a função legitimadora do controle das mudanças e da renovação, emanadas das dinâmicas de uma sociedade já tremendamente modificada, que se diferenciou na estrutura produtiva, na cultura e na estratificação social, nas ocupações e aspirações de seus diferentes

segmentos por justiça, cidadania e representação democrática.

Retido na conceituação nominal, o Senado dá configuração a “interesses de unidades territoriais” e não a demandas populares. Insensatez e metafísica, tão somente? Nem tanto, quando se reconhece que na versão política em que vigoram conflitos e interesses, sua existência traduz uma retaguarda das forças conservadoras. Assim tem sido o presidencialismo à brasileira, em que a chamada Câmara Alta antagôniza-se – não somente – com a maior sensibilidade popular do executivo. Também as expressões dos movimentos populares que conseguem assento na Câmara dos Deputados têm seus pleitos dificultados, re-significados e até mesmo impossibilitados de realizarem-se graças aos freios do Senado, dada a eficácia dos conluios do campo político, diria Bourdieu, que se abastecem nos ritos e ritmos bicamerais.

Difícil encontrar melhor imagem para a questão do que a declamada por Jefferson na aurora do sistema federativo nos EUA que, aliás, inspira o liberalismo brasileiro pró-Senado: tomando chá, no bom costume inglês do *spot of Milk* (temperar com uma gota de leite) ele professa: “[o Senado] vai ser para isto: para esfriar”. No limite lógico, num lapso em sua reconhecida e respeitada erudição, Afonso Arinos chegou a proclamar que a solução de criar o Senado denotara uma inspiração divina para os norte-americanos.

O debate político atual no país pouco coloca em tela a hegemonia dessa visão de democracia hierárquica e condicionada. Talvez porque o pensamento progressista em boa medida ainda concebe

Nas eleições deste ano, os brasileiros votarão em dois senadores. O Senado Federal junto com a Câmara dos Deputados constituem a representação legislativa a nível nacional, ou seja, são responsáveis pela produção de leis que terão impacto sobre todo o território nacional. Nos últimos anos, o Senado, a reboque das discussões sobre escândalos de corrupção e etc., tem sido objeto de muitas discussões em todo o país, sendo a principal delas o questionamento da sua existência. Você concorda em acabar com o Senado?

Sim, porque o Senado Federal, além de propiciar o estabelecimento de privilégios políticos, favorece a permanência no poder de conhecidas oligarquias regionais, cujo interesse se dá mais sobre a capacidade de ser um ator político de grande influência do que na garantia dos interesses dos estados na produção legislativa.

23 60.5%

Não, pois a sua existência é necessária dado o nosso sistema federativo, mas é importante reduzir o mandato de senador de oito anos (como é hoje) para quatro anos e ou limitar a possibilidade de reeleição, a fim de permitir que se renovem as forças políticas que ocupam este cargo.

12 31.6%

Não, porque o Senado Federal existe para assegurar a representação dos estados enquanto entes constitutivos do sistema federativo brasileiro na produção legislativa nacional. Ao contrário da Câmara dos Deputados cuja existência garante a representação da população em geral.

3 7.9%

Resultado da enquete lançada no site.

o nível institucional como secundário ou mera derivação da infra-estrutura. Ou então temos simplesmente a reprodução do discurso conservador e oportunistas dos liberais.

No PT, por exemplo, o debate do unicameralismo não vingou, nem quando proposto pelo presidente Berzoini, como no último congresso do partido, em 2007. Ao contrário, o senador petista Tião Viana – eleito governador na última eleição – acorreu célere à tribuna (do Senado) para trocar efusivos afagos doutrinários com os pares Marco Maciel e Marcelo Crivella, irmanados ideologicamente na ética bicameral. Curioso é verificar que o segundo tema acoplado ao emocionado discurso de Viana, de defesa do Senado, não foi outro que a absoluta reprovação da legalização do aborto, com base na firmeza de sua formação cristã.¹

Dessa maneira, o pequeno expediente do Senado tem a utilidade de propiciar amenidades e fervores discursivos que revelam o essencial das razões antigas e contemporâneas para a sua alegada inevitabilidade na república. Garantir a unidade territorial do país, repetindo a abertura desta reflexão, fornece o slogan primaz e mais incisivo. No entanto, o federalismo em território continental não tem per se correlação exclusiva com o Senado. Também a Câmara dos Deputados traduz a representação dos estados, malgrado as distorções e outros limites à vontade popular que não desgrudam do nosso sistema eleitoral. Mas o temor aí é de que a representação proporcional, mantida a base de sua adoção em 1932, instigue eventuais vocações separatistas dos estados sub-representados.

Essa objeção ignora que a política é movida por distintas e simultâneas clivagens através das quais as lealdades e os antagonismos se revezam e misturam os atores políticos, imprimindo complexidade e fluidez às alianças e aos perfis das bancadas. E basta lembrar aqui que o cenário das bancadas partidárias vê-se acometido de lealdades corporativas e setorializadas, resultando num jogo irreverente de votações ruralistas, sindicais, feministas, evangélicas, católicas, étnicas etc., distantes de fixarem-se em filiações regionais (ou estaduais) permanentes.

Além disso, em que medida de legitimidade cabe anteceder o primado do federalismo ao da proporcionalidade? Como desconhecer experiências de estabilidade nas interações interterritoriais em países de sistemas unicamerais, alguns deles também de grandes territórios (Suécia, Ucrânia, Nova Zelândia, para não citar países menores e contaminar o argumento)? Ou que em democracias bicamerais, como Canadá, o Senado é ocupado de forma quase proporcional, tendo as regiões mais populosas maior

número de assentos que as menores? E, ainda, para apimentar, o adensamento da base dinâmica da economia, da cultura e da representação social do país em regiões metropolitanas está a demonstrar que a noção de federalismo não comporta perenidade ou cláusula pétrea.

Outra argumentação a favor do Senado, desde a origem, assenta-se no efetivo reforço à descentralização, que seria inerente à paridade entre estados desiguais. A ela também cabe repto. Sua utilização traz doses maiores de intencionalidade do que de substância democrática, conforme mostra uma breve visita ao debate atual. O antiestatismo hegemônico nos circuitos teórico-políticos dos anos 1990 parece superado, ao menos como receita automática para crises e ajustes. Hoje já ecoam mais os alertas feitos à época por algumas vertentes da inteligência acadêmica (Ana Clara Torres Ribeiro e Marta Arretche, entre outros), de que descentralização e democracia não constituem sinônimos automáticos. A aproximação de seus significados depende da história e merece relativização analítica.

Na trajetória brasileira, (essa mesma, do grande território e dos diferentes estados) descentralização tem rimado com mandonismo dos chefes regionais. O rumo costumeiro da descentralização, sob diferentes modalidades (não apenas na República Velha), segue as vias do pacto federativo, indo do Estado central para os blocos regionais de poder, já descrito por Victor Nunes Leal, com a lei da reciprocidade: governabilidade sustentada no reforço e na sobrevida das oligarquias.

Um último aspecto, que nem conforma outro argumento mas ornamenta os anteriores, mostra-se na aciana declaração de ser o todo constituído pelas partes, cujas especificidades não caberia jamais suprimir no desenho institucional da nação. Ora, será necessário dissertar sobre a heterogeneidade social dentro das partes ou de cada unidade federativa? Dificilmente um estado, territorialmente considerado, constitui uma entidade unívoca, com interesses e vocações pré-existentes aos sistemas de estratificações, desigualdades e até mesmo de segregação que dinamizam suas respectivas sociedades. Isso somente ocorre, ao modo desta análise, nas hegemonias discursivas dos que, ao ditarem as fronteiras da unidade territorial, buscam convertê-las em fatores de unificação do interesse político do território.

Representações heterogêneas coexistem e se cruzam no interior do território, não raro nutrem ensos de solidariedade horizontal e integração política com segmentos similares de outras unidades federativas. Certamente que a formação da unidade nacional tem aí razões mais decisivas do que as do propalado e inexistente equilíbrio territorial. ■

¹ Ver pronunciamento do senador Tião Viana no Senado, de 03/09/2007.

Metropolización del homicidio en Colombia

Por Óscar Alfredo Alfonso Roa

RESUMEN

La violencia homicida en Colombia experimenta un auge en la coyuntura reciente iniciada en el 2008. Desde el 2006 la tasa de homicidios se había estabilizado en 34 homicidios por cada 100.000 habitantes, pero en el 2009 ascendió a 40 y se estima que ascenderá en 2010 a 45. La particularidad de la coyuntura en curso es que la geografía del homicidio ha cambiado, trasladándose con particular intensidad a las zonas metropolitanas del país, fenómeno estimulado por las deficiencias en la absorción social de los reinsertados y por la consolidación de las bandas criminales y sus “oficinas” que operan ahora en las zonas metropolitanas, al paso que la delincuencia común continúa operando regularmente ante la lenta reacción de los cuerpos de seguridad. La concentración del homicidio, así como su intensidad y tendencias espaciales, son tratados en este trabajo para poner de presente, entre otras cosas, la necesidad de un viraje a una política de seguridad que se torna ineficaz.

Palabras clave: Metropolización; Homicidio; Violencia.

Óscar Alfonso

oscaruex@hotmail.com

Doutor em Planejamento urbano – IPPUR/UFRJ. Docente e pesquisador da Faculdade de Economia, no Centro de Estudos Econômicos de la Universidad Externado de Colombia.

ABSTRACT

The murderous violence in Colombia is experiencing a boom in the recent situation began in 2008. Since 2006 the homicide rate had stabilized at 34 murders per 100.000 inhabitants, but in 2009 amounted to 40 and is estimated to amount in 2010 to 45. The particularity of the current situation is that the geography of homicide has changed, moving with particular force to the country's metropolitan areas, a phenomenon fueled by deficiencies in social absorption reinserted and the consolidation of criminal gangs and their “office” now operating in metropolitan areas, whereas ordinary crime continues to operate regularly to the slow reaction of the security forces. The concentration of the murder, as well as its intensity and spatial trends are discussed in this paper to bring to mind, among other things, the need for a shift to a security policy becomes ineffective.

Keywords: Metropolization; Murder; Violence.

Artigo submetido em 08.07.2010

Le agradezco los comentarios y sugerencias a Pacho Giraldo y a César Velásquez.

En Bojacá y Girardota, municipios localizados en las zonas metropolitanas de Bogotá y Medellín respectivamente, no se reportaron homicidios durante el 2009. Eso es algo que debe causar asombro delante de lo que ocurre con la violencia homicida en los municipios vecinos y en el resto de Colombia. El homicidio es la más cruda expresión de la violencia y, siguiendo a GAITÁN DAZA (2006, 24), es “la unidad de medida del homicidio no sólo es el más acertado indicador de violencia sino que es el único que realmente se puede medir con un margen de seguridad a través del tiempo...el homicidio es el único delito que en todos los tiempos no ha sido necesario denunciar”. No obstante, en Colombia hay un subregistro notable de los casos en los que no es posible realizar la necropsia en razón de la desaparición de los cadáveres.

Por cada diez hombres hay una mujer víctima de la violencia homicida. De las circunstancias que se conocen (FORENSIS 2009, 35), la mayor parte obedece a violencia interpersonal, seguida de la violencia sociopolítica y de la violencia con móviles económicos. La violencia intrafamiliar se ubica a un cuarto nivel. La abrumadora mayoría, el 49,5% de los casos, tuvo como escenario el espacio público urbano. Pero esa etimología no es suficiente para explicar la geografía de la violencia homicida, al menos con la estadística disponible, luego debemos incursionar inevitablemente en el campo de las hipótesis que, siguiendo a J. M. KEYNES, se espera que sean creíbles.

En el 2009 la tasa de homicidios en Colombia ascendió a 40 casos por cada 100.000 habitantes. En municipios localizados en zonas metropolitanas, esa tasa ascendió a 34, pero en aquellos con un tamaño de población semejante o inferior a los de Bojacá o Girardota, esa tasa alcanzó el 42 por 100.000 como en San Cayetano en la zona metropolitana de Cúcuta y de 101 por 100.000 como en Chinchiná en el área de influencia inmediata de Manizales. Al realizar esas necesarias comparaciones se constata que la geografía del homicidio está cambiando y que ahora tiende a concentrarse e intensificarse en las zonas metropolitanas.

La última constatación no parece una novedad pues ya hay investigaciones que advierten sobre ese fenómeno. Probablemente si lo sea la contratendencia – Bojacá en la Sabana de Bogotá y Girardota en el Valle de Aburrá. Pero a partir de una regionalización simple de nuestro territorio, es posible verificar que el homicidio en los ámbitos metropolitanos marca la pauta de la tendencia nacional.

En la mayoría de estudios precedentes sobre la geografía del homicidio se emplea el departamen-

to como escala de comparación espacial. Véase por ejemplo el análisis de GAITÁN DAZA (1995, 223-231) de donde concluye que “los que presentan más características autónomas son Chocó, Huila, Tolima, Boyacá, Magdalena y, con restricciones, Cauca”. La publicación periódica que reporta las estadísticas de homicidio – *Forensis* del Instituto de Medicina Legal –, también emplea tal referente espacial. Esa escala es inadecuada pues la naturaleza de la violencia homicida implica que sus autores no consultan esos límites administrativos de nuestro modelo territorial de Estado para ejecutarla. Otros trabajos han dado lugar a tipificaciones regionales como la de REYES POSADA (1998, 279) para quien “en muchas regiones los narcotraficantes han sustituido a las viejas capas propietarias de la tierra y han deteriorado, todavía más, el escaso liderazgo social en las regiones afectadas”. Trabajos recientes han tomado como unidad espacial de referencia al municipio que, además, es la escala básica de los reportes estadísticos con la que es factible realizar algunas correlaciones con otros fenómenos socio-espaciales.

En este trabajo se propone una geografía en la que se distingue nueve zonas metropolitanas en las que se detectan interacciones relevantes de los residentes en los municipios metropolizados con los del núcleo metropolitano, ya sea por razones laborales, residenciales o de consumo cultural. Esta geografía se emplea en razón a que el capitalismo colombiano ha dado lugar a una sociedad poco cosmopolita cuya población se concentra en esos nueve núcleos metropolitanos que ejercen una influencia migratoria considerable sobre 56 municipios de su área de influencia inmediata, al paso que en las restantes 24 capitales departamentales se detectan concentraciones que polarizan el crecimiento poblacional en sus respectivos departamentos. En esas zonas metropolitanas que se describen en la Tabla 1 se concentra el 45,6% de la población censada en 2005, el 52,9% del empleo, el 46,9% del stock residencial y el 83,7% de las colocaciones del sistema financiero hipotecario (ALFONSO 2010), cifras que indican algunos rasgos de la concentración como propiedad de la urbanización de la población colombiana que permiten intuir una ley de población que se aproxima a la que se emplea en este trabajo.

Entre la concentración del crecimiento poblacional y la violencia homicida no hay relaciones de causalidad que cuenten con alguna demostración creíble, por ahora. Algunas hipótesis intestadas, próximas al sentido común, sugieren que la violencia sigue a la riqueza de nuestras ciudades como si la dinámica socioeconómica y demográfica de éstas hicieran parte de un régimen de acumulación ori-

ginaria como los que estudió KARL MARX, en los que la violencia emergió como la comadrona de los nacientes procesos de acumulación de capital forjados en el despojo de los medios de producción de sus legítimos propietarios. Inclinationes hacia esas hipótesis ya se detectaron cuando se afirmó que “el crecimiento de las ciudades...era el producto de la violencia”, afirmaciones que han hecho carrera en medios académicos y políticos así no exista hasta el momento alguna evidencia contundente (GAITÁN DAZA 2004, 29).

El desarrollo colombiano y su expresión territorial presentan rasgos semejantes al de otras naciones latinoamericanas tales como la concentración y la polarización social. Pero también tiene particularidades como su bajo grado de cosmopolitización pues hoy por hoy tan sólo residen dos extranjeros por cada mil residentes en el territorio colombiano. Adicionalmente, las ciudades de mayor dinamismo económico y poblacional se localizan en estribaciones de las cordilleras y no en las zonas costeras o litoráneas, no obstante que Colombia tiene extensas costas sobre los océanos Atlántico y Pacífico, siendo la excepción Barranquilla que es el principal puerto del país sobre el Mar Caribe.

El 45,6% de la población residente en Colombia lo hace en las zonas metropolitanas de la Tabla 1, fenómeno concentrativo que se ha acentuado en los últimos 20 años mientras que en el resto del país hay algo más de 300 municipios con tendencia a la reducción de su población. Los municipios con mayor interacción metropolitana con el núcleo metropoli-

tano tienen un rasgo que los singulariza: son municipios monoclasistas que alojan hogares de bajos y muy bajos ingresos, configurándose así estructuras metropolitanas con elevado grado de polarización social.

A un nivel intermedio se encuentran las otras capitales departamentales en donde no hay evidencias de una interacción poblacional, laboral o residencial de trascendencia con los municipios de su entorno inmediato. Son 23 ciudades de diferente tamaño cuyo principal rasgo es que su crecimiento poblacional y económico no alcanza al del conjunto metropolitano pero, en cambio, es generalmente el más elevado en sus respectivos departamentos. La división departamental se presenta en el Mapa 1, en donde se señala además la localización de las zonas metropolitanas. La región amazónica próxima a las fronteras con el Brasil, Perú y Ecuador, y la región orinoquense que se comparte con Venezuela, representan cerca del 40% del territorio colombiano y, sin embargo, están prácticamente desarticuladas del desarrollo urbano y metropolitano colombiano.

El horizonte temporal de éste trabajo es, en apariencia, muy corto pues se refiere a los últimos seis años. Pero ocurre que es desde el 2004 que la metodología del Instituto de Medicina Legal permite hacer comparaciones a la escala territorial del municipio. Hasta 2003 esas estadísticas se presentaban por punto de atención del Instituto de Medicina Legal, sin que existiera certeza del lugar de ocurrencia del hecho y, por tanto, esas estadísticas sólo permiten comparaciones nacionales y, probablemente, departamentales. Por ser un período tan corto no es po-

Tabla 1: Taxonomía del desarrollo y la geografía metropolitana colombiana

Zonas Metropolitanas	(1) Bogotá	Bojacá, Cajicá, Cota, Chía, El Rosal, Facatativá, Funza, Fusagasugá, Gachancipá, La Calera, Madrid, Mosquera, Sibaté, Soacha, Sopó, Subachoque, Tabio, Tenjo, Tocancipá y Zipaquirá
	(2) Medellín	Barbosa, Bello, Caldas, Copacabana, Envigado, Girardota, Itagüí, La Ceja, La Estrella, Marinilla, Rionegro y Sabaneta
	(3) Barranquilla	Galapa, Malambo, Puerto Colombia y Soledad
	(4) Cali	Candelaria, Jamundí, Palmira y Yumbo
	(5) Bucaramanga	Floridablanca, Girón y Piedecuesta
	(6) Cúcuta	El Zulia, Los Patios, San Cayetano y Villa del Rosario
	(7) Pereira	Dosquebradas, La Virginia y Santa Rosa de Cabal
	(8) Manizales	Chinchiná, Neira y Villamaría
	(9) Armenia	Calarcá y La Tebaida
Otras Capitales	Leticia, Arauca, Cartagena, Tunja, Florencia, Yopal, Popayán, Valledupar, Quibdó, Montería, Inírida, San José del Guaviare, Neiva, Riohacha, Santa Marta, Villavicencio, Pasto, Mocoa, San Andrés, Sincelejo, Ibagué, Mitú y Puerto Carreño	
Resto del País	1.034 municipios	

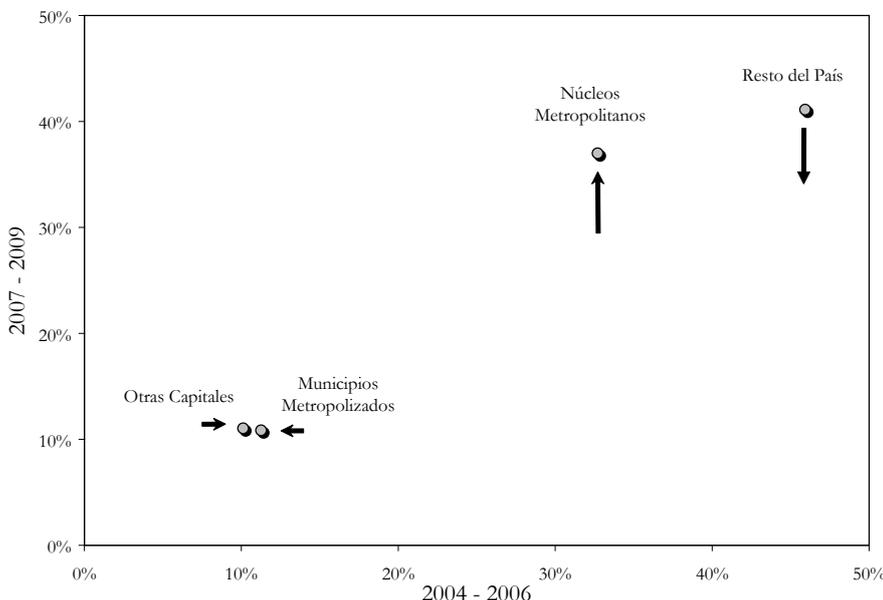
Fuente: Alfonso 2010

sible descubrir en él las leyes que rigen la geografía del homicidio en Colombia. La única pretensión, por ahora, es la de discutir los resultados de un análisis del homicidio a las escalas sugeridas – núcleos metropolitanos y municipios metropolizados, capitales departamentales y resto del país – mediante el empleo de indicadores de concentración, intensidad y tendencia.

Concentración

La concentración es un fenómeno socio-demográfico y económico inherente al sistema capitalista que se acostumbra explicar, contemporáneamente, por la existencia de rendimientos crecientes (KALDOR 1972) en la producción, argumento retomado por KRUGMAN (1996, 12) para quien “el desarrollo desigual de regiones enteras (que en los Estados Unidos en muchas ocasiones son más grandes que algunas naciones europeas) puede estar dirigido por procesos acumulativos enraizados en los rendimientos crecientes”. La dinámica de las aglomeraciones humanas tiene una escala metropolitana pues, en efecto, es allí en donde las economías externas a las firmas son considerables y, además, se constata una creciente interacción con municipios localizados en su entorno inmediato. El tamaño del mercado de trabajo de los núcleos metropolitanos favorece la contracción de las razones de dependencia económica en los municipios metropolizados, mientras que el mal funcionamiento de los mercados inmobiliarios residenciales en esos núcleos les ocasiona un incremento en las densidades de ocupación y, por tanto, presiones sobre los mercados locales que se traducen

Figura 1: Estructura de los homicidios ocurridos en la geografía colombiana 2004-2009 (%)



Fuente: Elaborada con base en estadísticas de la Revista *Forensis* 2004-2009



Mapa 1: Localización de las zonas metropolitanas en el mapa político colombiano.

en la elevación de las tasas de hacinamiento.

Entre 2004-2006 el 45,9% de los homicidios se realizaron en el resto del país. Esa concentración, como se deduce de la Figura 1, se modificó en 2007-2009 pues ahora se concentra allí el 41,1% de los casos mientras que el 47,8% ocurre en las zonas metropolitanas. Adviértase con el sentido de los vectores que mientras en los municipios metropolizados, al igual que en otras capitales colombianas, la participación permanece prácticamente al mismo nivel, en los núcleos metropolitanos se reconcentra la violencia homicida, detectándose una especie de sustitución espacial pues aquella participación que cede el resto del país la ganan dichos núcleos.

La violencia interpersonal ocurre en momentos en que el autor del homicidio decidió quebrar sus valores – éticos,

morales o religiosos – que poseía y que durante el recorrido de su vida lo llevaron a respetar la vida ajena, inclusive la de las personas de quienes se quería vengar. Por tanto, la fragilidad de esos valores parece tener como escenario los ámbitos metropolitanos y está ligada al deterioro en la calidad de la educación básica en los núcleos metropolitanos. Por su parte, las acciones militares y guerrilleras y los enfrentamientos armados tienden a explicar sobretodo la violencia homicida en el resto del país.

Los llamados operativos de “limpieza social” tienden a acentuarse en las zonas metropolizadas, así como la acción de las bandas criminales y el terrorismo, violencia que no es extraña al resto del país. Pero hoy por hoy mueren casi tantos colombianos por el atraco callejero, que es un fenómeno eminentemente metropolitano, como en acciones militares (cfr. FORENSIS 2009, 35). De allí que la segunda hipótesis acerca de los determinantes de la reconcentración de la violencia homicida es la fragilidad de los operativos policiales de prevención y represión de las bandas de delincuentes que, de forma complementaria a las de criminales, operan en los ámbitos metropolitanos.

La tercera hipótesis está imbricada entre la violencia sociopolítica y la económica y está asociada a la relocalización espacial de grupos organizados de homicidas extorsionistas y sicarios, tales como la banda criminal autodenominada “Los Urabeños” que, según El Espectador, “tienen más de 200 hombres que integran el ala urbana, encargada de cometer homicidios, y que han instalado dos ‘oficinas’ en Bogotá, desde donde han planificado y ejecutado dos asesinatos en Fontibón y San Cristóbal Norte. La primera

víctima fue un piloto retirado, asesinado en la calle 122 con avenida 19, al norte de Bogotá; luego asesinaron a un comerciante en la calle 116. Hace casi un mes otro hombre corrió la misma suerte en la calle 134 con carrera 9ª. Se sabe que por estos crímenes los autores intelectuales han pagado entre \$10 millones y \$15 millones. Los sicarios, en su mayoría, son de origen antioqueño, entrenados en Córdoba, y ex militantes de las AUC”. Las Autodefensas Unidas de Colombia – AUC –, es la organización para-militar de mayor influencia en el país, y tuvo su origen en el territorio de Antioquia y de Córdoba en donde Carlos Castaño, su líder más emblemático ya fallecido, organizó un contingente militar irregular del que provienen un buen número de los reinsertados. Por tanto, la metropolización del homicidio es un fenómeno atribuible al mal diseño de la política de reinsertación que transfiere a los residentes metropolitanos las ineficiencias de la Seguridad Democrática.

Intensidad

La intensidad del homicidio cayó desde el 2004 y se mantuvo por tres años en 34 homicidios por cada 100.000 habitantes. En 2009 esa tasa creció a 40 homicidios por cada 100.000 habitantes. El resultado agregado para el trienio 2007-2009 es una contracción en relación con el período precedente. En la Figura 2 los vectores indican tanto el sentido como la magnitud de tales contracciones, poniéndose de presente que la incidencia de la violencia homicida en el resto del país se contrajo en 10 casos por 100.000 habitantes, en los municipios metropolizados en 8

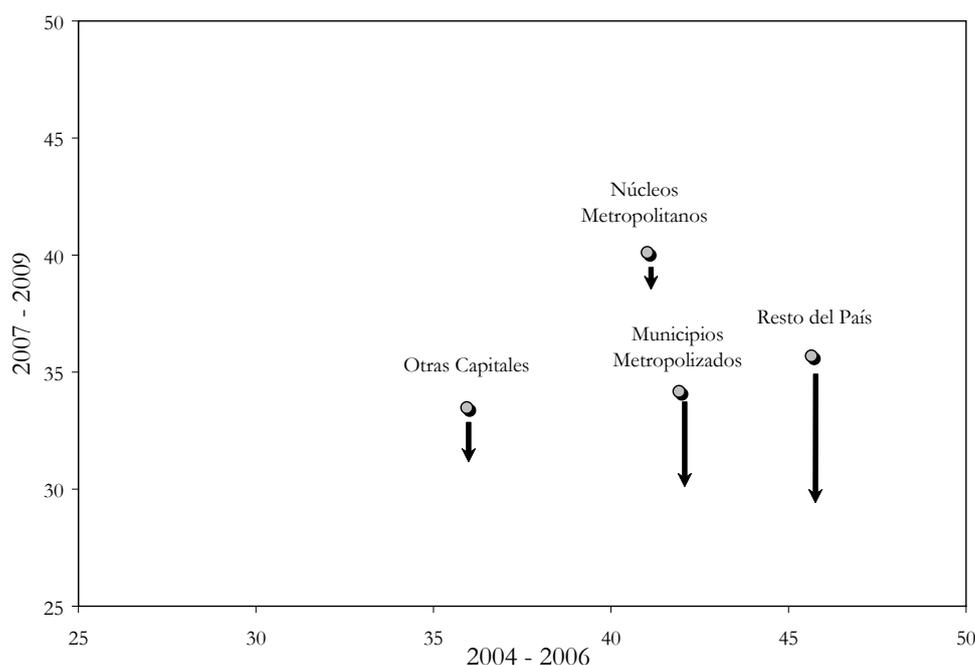


Figura 2: Intensidad del homicidio en la geografía colombiana 2004-2009 (Número de casos por 100.000 habitantes)

Fuente: Elaborada con base en estadísticas de la Revista *Forensis* 2004-2009 y del DANE

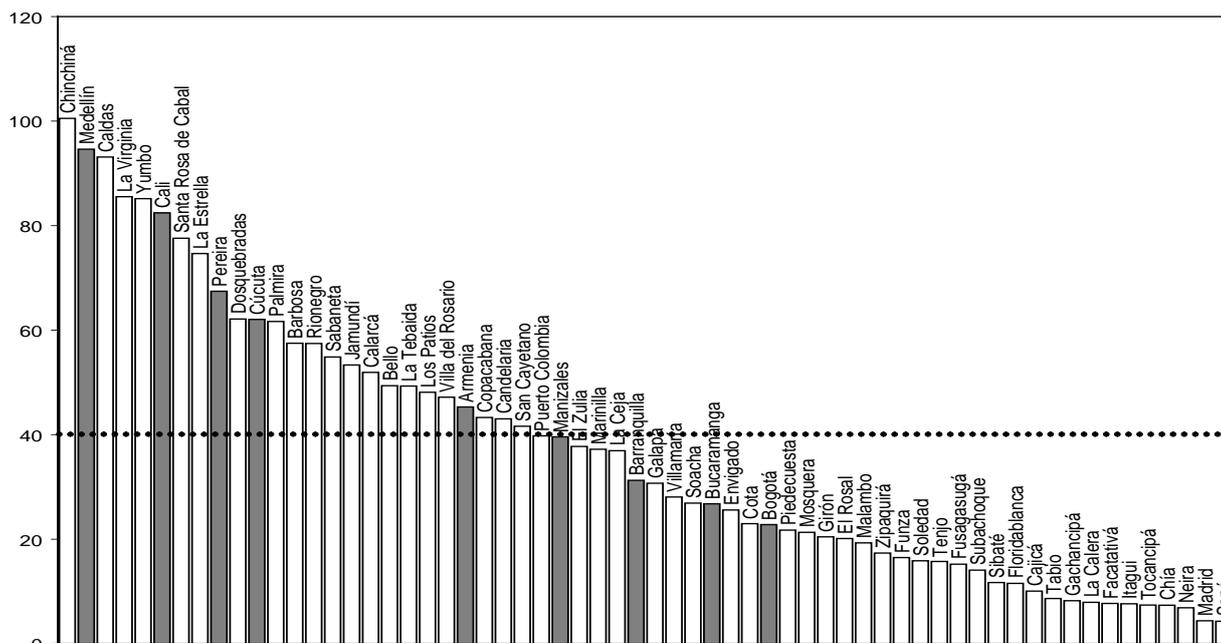


Figura 3: Intensidad del homicidio en los municipios metropolitanos 2009 (Número de casos por 100.000 habitantes)

Fuente: Elaborada con base en estadísticas de la Revista *Forensis* 2004-2009 y del DANE

casos pero en otras capitales tal contracción sólo fue de dos casos y en los núcleos metropolitanos apenas de un caso.

Esa intensidad, ausente en Bojacá y Girardota, experimenta preocupantes continuidades como la de Chirichiná, municipio en el que alcanza niveles excepcionalmente elevados y persistentes en relación con los del resto de municipios metropolizados tal como se presenta en la Figura 3. Es igualmente notable la duplicación de esa tasa en Medellín durante la coyuntura 2008-2009. Pero lo es igualmente que 26 municipios metropolizados tengan una tasa superior a la media nacional, incluyendo a 5 núcleos metropolitanos.

La movilidad espacial del crimen organizado ocurre en razón de los ciclos extorsivos locales pues cuando las víctimas ya no ofrecen rendimientos al crimen, deciden emigrar o son asesinadas. Pero nadie les garantiza que en los lugares receptores se hayan liberado de los criminales pues, como regla de su organización industrial, el crimen organizado se ocupa de tener “oficinas” y “sucursales” manteniendo la unidad de empresa. La ampliación del número de víctimas hace parte de la cotidianidad de los grupos de dirección del crimen organizado quienes, además de localizar en los ámbitos metropolitanos a antiguas y nuevas víctimas, también encuentran allí un ambiente denso para mimetizarse periódicamente.

Tendencia

La dinámica de la violencia homicida durante el sexenio que se inició en 2004 es semejante, en tanto nivel

y tendencia, a la que experimentó el país entre 1977 y 1983. A partir de allí la tasa de homicidios creció hasta situarse en 87 homicidios por 100.000 habitantes en 1991. Al respecto GAITÁN DAZA (1998, 216) afirmó que “no parece que haya sido Turbay o Betancur o su estilo de gobierno – o algún suceso estrepitoso de la época – los que propiciaron el desencadenamiento explosivo de la violencia, pero si se puede afirmar que sus políticas no lograron frenarla”. Cuando las políticas se tornan ineficaces posteriormente se hacen inoperantes y, en el caso de la violencia homicida, ese titubeo del Estado desencadena más violencia. Como expresión fáctica de tal titubeo en la actualidad, adviértase en la Figura 4 que en la coyuntura de 2008 llegó a su fin el estado estacionario de la tasa de homicidios y en la del 2009 se presenta una inflexión positiva que se capta en todos los ámbitos territoriales, siendo mucho más pronunciada en los núcleos metropolitanos.

La tendencia de la violencia homicida guarda estrecha relación con el nivel alcanzado por la tasa de homicidios en los ámbitos metropolitanos pero, especialmente, en los núcleos metropolitanos. No hay indicios de que en la coyuntura actual la escalada del homicidio en esos ámbitos haya cesado, aún contando en ellos con municipios como Bojacá o Girardota. Por el contrario, y al decir de noticias como la de El Espectador, los criminales han extendido su radio de acción mediante la instalación de “sucursales” en tales ámbitos. Además de “Los Urabeños”, en las metrópolis colombianas se tiene certeza de que en ellas operan por otras bandas criminales, tanto o más sanguinarias, como la de “Los Paisas”, las “Águilas Ne-

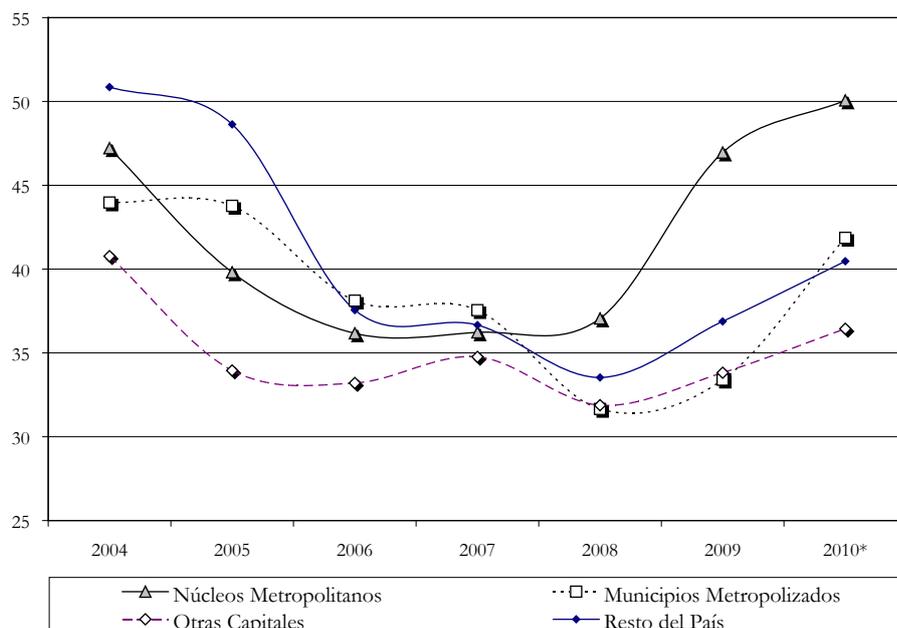
gras”, “Los Rastrojos” y el “Erapac”, y la más renombre en los últimos años conocida como “La Oficina de Envigado”.

En la Figura 4 las cifras del 2010* corresponden a una proyección basada en la información de enero a mayo del Instituto de Medicina Legal y Ciencias Forenses publicadas por el diario El Tiempo para cinco ciudades, y las estimaciones para el resto de municipios con base en un modelo de aportes al crecimiento. Esas proyecciones indican que la violencia en Colombia alcanzará los 45 homicidios por 100.000 habitantes, 15% más elevada que en 2009. El crecimiento más agudo lo experimentarán los municipios metropolitanizados en donde probablemente esa tasa ascenderá a 42 homicidios por cada 100.000 habitantes, mientras que en los núcleos metropolitanos bordeará los 50 homicidios por cada 100.000 habitantes.

Reflexiones Finales

Los resultados optimistas de la contracción de la violencia homicida van a escasear en el futuro inmediato, a no ser que la política en curso tenga un viraje estructural. El principal medio para fortalecer el valor ético de la vida es la universalización de la educación básica con calidad, en la que se reafirme tal valor así tenga que sacrificarse algunas horas de inglés o de matemáticas. El segundo medio es la formación de habilidades para el trabajo y la consecuente mejora en la tasa de absorción de empleo por la economía. Con esas medidas es posible tener resultados en el corto y mediano plazo, es decir, son medidas que inhiben al potencial homicida de incurrir en el delito de manera estructural. Pero en el plazo inmediato tanto la policía como el sistema de justicia deben mejorar su desempeño para contrarrestar la escalada de la violencia homicida en Colombia. La inteligencia policial debe acosar a las “oficinas principales y sucursales” del crimen organizado, pero la justicia debe operar de manera eficaz, esto es, con rapidez y contundencia. Para este último propósito, sería útil que, conocida la tasa de homicidios, también se conociera la tasa de condenas por homicidios, calculada de la misma manera pues, al sustraer una y otra, se obtendría una tasa de impunidad que, si cuando tiende a cero desalienta la violencia homicida pero que cuan-

Figura 4: Tendencia de la intensidad del homicidio en la geografía colombiana 2004-2009 (Número de casos por 100.000 habitantes)



Fuente: Elaborada con base en estadísticas de la Revista *Forensis* 2004-2009

do difiere de cero la estimula.

A los colombianos nos gustaría conocer análisis comparativos del desenvolvimiento de la violencia homicida en relación con referentes próximos, ojala como Bojacá o Girardota, al igual que con otros no tan próximos como Ciudad Juárez o Caracas, en donde la escalada de la violencia homicida ha sido muy grande pero con otros determinantes. Pero compararnos con nosotros mismos tiene la ventaja de encontrar ausencia de violencia en situaciones de impunidad semejante, con la que es posible ratificar que no somos culturalmente violentos y que existen alternativas sensatas y no guerreristas para alcanzar la paz.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALFONSO R., Ó. 2010. Impactos socioeconómicos y demográficos de la metropolización de la población colombiana y de los mercados de trabajo y residenciales. Documentos de Trabajo n.º 31. Bogotá, Universidad Externado de Colombia.
- GAITÁN DAZA, F. 2004. El método dialéctico como alternativa para estudiar la violencia en Colombia. En Astrid Martínez (compiladora) *Violencia y Crimen: ensayos en memoria de Fernando Gaitán Daza*. Bogotá, Universidad Externado de Colombia.
- _____. 1998. Una indagación sobre las causas de la violencia en Colombia. En Malcolm Deas y

Fernando Gaitán Daza. *Dos ensayos especulativos sobre la violencia*. Bogotá, FONADE – Departamento Nacional de Planeación.

KALDOR, N. 1972. The irrelevance of equilibrium economics. En *The Economic Journal*, vol. 82, n.328. Londres, Royal Economic Society.

KRUGMAN, P. 1992. *Geografía y Comercio*. Barcelona, Antoni Bosch Editor.

REYES P., A. 1998. Regionalización de los conflictos agrarios y la violencia política en Colombia. *En Municipios y regiones de Colombia, una mirada desde la sociedad civil*. Bogotá, Fundación Social.

OTRAS PUBLICACIONES

Diario El Espectador. Edición Online del 28 de junio de 2010. “Urabeños” tienen “oficina en Bogotá”.

Diario El Tiempo. Domingo 4 de julio de 2010, Sección Nación, página 5. Homicidio subió un doce por ciento en cinco capitales: seguridad en las ciudades el reto del nuevo gobierno.

Forensis. Publicaciones de 1999 al 2009. Bogotá, Instituto de Medicina Legal. En http://www.medicinalegal.gov.co/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=60.

Segregação Socioespacial

Descrição de algumas abordagens no Brasil

Por Marcelo Cedro

RESUMO

Este artigo tem o objetivo em descrever como a temática da segregação socioespacial tem sido analisada por estudiosos acadêmicos brasileiros. Para isso, a metodologia adotada se baseia em análise bibliográfica de estudiosos brasileiros vinculados aos estudos urbanos. A escolha recairá em trabalhos de Teresa Caldeira, Luiz César Ribeiro, Flávio Villaça e Haroldo Torres. Justifica-se a opção por esses autores, tendo em vista representarem diversificadas categorias de enfoque. Inicialmente, será feita breve exposição de como a segregação socioespacial foi tratada pelos estudos sociológicos brasileiros em épocas precedentes e, em segundo momento, discorrer sobre as principais ideias acerca da temática dos autores aqui selecionados.

Palavras-chave: Segregação socioespacial; Espaço urbano.

ABSTRACT

This article aims to describe how the issue of spatial segregation has been analyzed by scholars Brazilian academics. For this, the methodology is based on literature review of Brazilian scholars linked to urban studies. The choice will lie in the work of Teresa Caldeira, Luiz Cesar Ribeiro, Flávio Villaça and Haroldo Torres. The choice of these authors is justified in order to represent diverse categories of focus. Initially, there will be brief account of how the spatial segregation was treated by Brazilian sociological studies in previous times, and second time there will be a discussion related to the main ideas about the theme of the authors selected here.

Keywords: Spatial segregation; Urban space.

Marcelo Cedro

marcelocedro@hotmail.com

*Historiador, Mestre e
Doutorando em Ciências
Sociais (PUC Minas).
Professor do Centro
Universitário UNA de Belo
Horizonte.*

Segundo Marques (2005), as temáticas urbanas foram se delimitando como objeto de análise da sociologia brasileira a partir da década de 1970, sendo que, nos anos 1980, já havia relativa literatura acerca do urbano. A justificativa para esse interesse tardio sobre o urbano sustenta-se pelo “intenso processo de urbanização e metropolização que se verificaram a partir dos anos 1950” (MARQUES, 2005: 20). Desde então, novos enfoques foram elaborados para a questão urbana, já que em períodos anteriores, a cidade brasileira era tratada a partir da leitura de arquitetos, de urbanistas e de engenheiros, à exceção da geografia urbana presente nas décadas de 1940 e 1950, que foi influenciada por estudiosos estrangeiros. Entretanto, conforme aponta Marques (2005), os estudos eram descritivos e a ocupação humana era vinculada ao meio físico.

Desde então, na intenção de enquadrar as metrópoles brasileiras no capitalismo dependente latino-americano, os primeiros temas da sociologia urbana debruçavam-se em estudos acerca da pobreza e da desigualdade social, vistos como oriundos do processo de migração às grandes cidades para suprir o mercado de trabalho. Esse debate “...evidenciava (e denunciava) em termos políticos que o padrão de acumulação desenvolvido pelo regime militar produzia não apenas crescimento econômico de forma dinâmica, mas também pobreza e destituição” (*op. cit.*: 22).

Nesse sentido, a questão urbana era abordada de forma genérica, ao ser associada com o capitalismo periférico latino-americano. Casos específicos eram tratados a partir de estudos acerca da periferia, vista como local onde vivia a força de trabalho de baixa renda que supria o mercado capitalista. Desde então, a ocupação do espaço de forma irregular era ressaltada: o processo de favelização e da auto-construção. De forma distinta da linha desenvolvida nos anos de 1970, a década de 1980 não seguiu padrão descritivo e macroestrutural e se mostrou com novas abordagens mais específicas para o preenchimento de lacunas deixadas anteriormente, como por exemplo, estudos acerca da segregação socioespacial. Desse modo, baseando-se nesse brevíssimo e superficial raciocínio histórico, o objeto de discussão aqui proposto gira em torno das análises acerca da segregação socioespacial que vem sendo tratada desde a década de 1980, conjuntamente com outras temáticas urbanas.

Não é a intenção aqui fazer uma discussão conceitual sobre o tema, embora seja necessário apresentá-lo como “tendência à concentração de determinado grupo social em área específica, sem, portanto haver exclusividade” (VILLAÇA, 2001: 21), como também “na diferença de localização de um grupo

em relação aos outros grupos (...) e na concepção de distância social que se contrapõe à idéia de mistura” (RIBEIRO, 2003: 164).

Diante dessa proposta, esse artigo será conduzido pelos diversificados enfoques de produções acadêmicas acerca da segregação socioespacial que compõem os grupos de discussões sobre as cidades: “Observatório das Metrôpoles” e o “Centro de Estudo das Metrôpoles”, contudo restringindo-se nas leituras de Luiz César Queiroz Ribeiro e Eduardo Marques como seus respectivos representantes. Mas também, serão destacados os trabalhos de Teresa Caldeira (*College of Environmental Design* da Universidade norte-americana de Berkeley), Haroldo Torres (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) e Flávio Villaça (vinculado ao departamento de arquitetura e urbanismo da USP e à assessoria técnica de secretaria municipal do planejamento urbano de São Paulo). Não é o objetivo discorrer de forma extensa e aprofundada sobre o texto desses autores, mas somente pincelar breves raciocínios que satisfaçam a identificação de seus critérios adotados ao analisar e medir as formas de segregação socioespacial. Caldeira refaz a trajetória histórica de São Paulo a partir de dados qualitativos de segregação espacial; Villaça também segue essa linha articulando a teia de relações sociais como produtoras e reprodutoras dos deslocamentos sobre o espaço paulistano e carioca; Ribeiro experimenta análise quantitativa do Rio de Janeiro a partir de indicadores sociocupacionais; já Torres segue a metodologia quantitativa através do índice de dissimilaridade medindo renda e educação para tratar da problemática da segregação socioespacial em São Paulo.

Caldeira (2000) discute o tema, ao analisar a cidade de São Paulo, a partir de uma perspectiva direcionada em termos qualitativos. Isto é, toma o caminho histórico e recorre a referências gerais para delimitar, em três fases, a segregação na capital paulista. Contudo, embora não predomine em seu trabalho um viés quantitativo, não se abstém de usar dados estatísticos acerca de pesquisas demográficas, socioeconômicas e geográficas para explicações e conclusões qualitativas.

Dessa forma, caracteriza a primeira fase entre os anos 1890 e 1940, a partir de um ímpeto urbanizador e pela chegada de imigrantes. Apesar de tímida industrialização, já se visualizavam alterações no espaço urbano. Aponta que a ocupação espacial era concentrada nas áreas centrais, sendo caracterizada pela heterogeneidade e pela proximidade física entre os segmentos sociais distintos, além de fábricas, estabelecimentos comerciais e residências que compartilhavam a mesma vizinhança. Nesse sentido, um

dos critérios visíveis de distinção residencial era a moradia: residências simples e cortiços se avizinham com verdadeiras mansões das elites cafeeira e industrial. Ressalta ainda a presença do Estado como reorganizador do espaço urbano através de políticas higienistas que acentuaram a segregação espacial ao associar segmentos menos favorecidos com pobreza, violência, foco de doenças e promiscuidade. Nesse sentido, gradativamente, constituía-se o processo de distanciamento espacial das elites que procuravam áreas afastadas dos ‘núcleos de epidemias’, provocando, conseqüentemente, valorização e desvalorização imobiliária.

A segunda fase é caracterizada pelo padrão urbano ‘centro-periferia’, compreendido após os anos 1940 até meados da década de 1980. O estudo desse modelo enquadrava-se no capitalismo periférico latino-americano no qual a periferia urbana era associada a um espaço homogêneo de pobreza, recebendo migrantes rurais para trabalhar nas fábricas, além de abrigar residências dos operários. As periferias foram assim associadas à pobreza e à homogeneidade, sendo ‘desbravadas’ pelo mercado imobiliário de forma irregular, acarretando limitações de investimentos estatais em infraestrutura e oferta de serviços públicos até, aproximadamente, os anos 1970. Desde então, na cidade de São Paulo, a autora conclui que “...nos anos 70 os pobres viviam na periferia, em bairros precários e em casas autoconstruídas; as classes média e alta viviam em bairros bem-equipados e centrais, uma porção significativa delas em prédios de apartamentos” (CALDEIRA, 2000: 228). Somente com o gradual processo de democratização - iniciado em meados da década de 1970 - as periferias foram se tornando alvo de investimentos políticos devido às demandas de associações de bairros e outros movimentos sociais dessas áreas.

A terceira fase caracterizada pela autora compreende período posterior à década de 1980 até os dias atuais. O modelo centro-periferia não é mais visto como homogêneo devido à diversidade de ocupação do espaço urbano em suas áreas centrais e periféricas. Desse modo, Caldeira sublinha que a capital paulista encontra-se mais fragmentada e que, apesar de haver maior proximidade física entre setores sociais distintos, a segregação socioespacial aumentou. Uma de suas explicações remete ao fato de que durante o período da democratização brasileira em finais da década de 1970, houve maior atendimento às demandas da periferia, havendo assim, regularização de moradias e maior investimento estatal em estrutura e serviços públicos. Tal fato possibilitou maior valorização dessas áreas e a conseqüente atração de setores médios. Por outro lado, devido ao aumento de custos, antigos

moradores mais pobres se viram obrigados a mudar para outras áreas mais baratas e irregulares. Caminho semelhante foi traçado pelas elites que, diante da desvalorização das áreas centrais, passaram a habitar áreas mais afastadas que apresentassem melhor qualidade de vida e de segurança. Nesse sentido, Caldeira aponta para o novo padrão vigente de segregação: os enclaves fortificados que “são espaços privatizados, fechados e monitorados pela residência, consumo, lazer e trabalho” (*op.cit.*: 211). Os enclaves agravam a segregação espacial ao dificultar a interação social urbana levando ao autoisolamento. O novo espaço público deixa de ser de todos e passa a ser privatizado em áreas diversas. O contato externo entre ‘diferentes’ posições sociais se torna escasso, sendo realizado somente internamente entre os ‘iguais’. Demonstrasse assim, o isolamento social tanto de ricos quanto de pobres.

Contudo, será que os enclaves fortificados de Caldeira podem ser considerados referências para delimitar se uma área apresenta alto índice de segregação socioespacial? Pode-se afirmar que a existência de condomínios fechados ainda apresenta pequeno número de ocorrência se comparada com outras formas de residências encontradas na cidade. Uma área delimitada de análise, que apresente um condomínio fechado habitado pelas elites, não apresentará distorções quanto aos resultados?

Villaça (2001) segue tendência semelhante à Caldeira ao optar pelo viés qualitativo diante da construção de painel histórico acerca da segregação socioespacial. Contudo, não usa dados censitários como Caldeira e relaciona a produção do espaço e suas variantes históricas de segregação a partir de interesses e de articulações sociais, conjugando território, economia, política e ideologia. Em seu livro “Espaço intra-urbano no Brasil”, delimita os elementos pertencentes à estrutura territorial urbana: áreas centrais, sub-centrais, residenciais e industriais. Articula às áreas urbanas: estruturas de transporte, serviços, infra-estrutura, além de diretrizes políticas, econômicas e ideológicas, às quais chama de estruturas não-territoriais. Nesse sentido, o funcionamento da cidade vincula-se à transformação e à seleção de áreas de maior utilidade, como por exemplo, a valorização de certas áreas e a desvalorização de outras. Em áreas privilegiadas, os serviços e atividades de maior envergadura ali se estabelecerão. Assim também irá ocorrer em áreas residenciais nas quais aqueles que detêm maiores recursos irão escolher áreas de maior conveniência. Diante disso,

A segregação socioespacial irá ocorrer na medida em que houver maior concentração de determinada camada social em uma área delimitada em com-

paração com outras áreas mais heterogêneas da cidade (...), entretanto, não existe predominância ou exclusividade das camadas sociais de alta renda em regiões, mas sim uma tendência. Todavia, no que concerne à homogeneidade de baixa renda, esta pode existir em determinadas áreas urbanas (VILLAÇA, 2001:22).

Villaça se reporta à análise ecológica da Escola de Chicago ao expressar que, diante das diferenças, indivíduos e grupos irão se apropriar de espaços conforme suas capacidades e possibilidades de obtê-los. Ainda diferencia a segregação voluntária da involuntária. Na primeira, há escolha dos indivíduos ou grupos, que optam, por iniciativa própria, por viver próximos de seus pares. Já na segregação involuntária, indivíduos ou grupos são submetidos à obrigatoriedade da ocupação e/ou desocupação de determinado espaço urbano. A partir desses modelos, sublinha-se que existem vencedores e vencidos.

Nesse sentido, Villaça aplica esse raciocínio na reconstrução histórica dos processos de alteração e de apropriação do espaço urbano nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, sobretudo remetendo-se à variação dos processos de segregação socioespacial nestas cidades. No Rio de Janeiro, articula a maior concentração das elites em áreas próximas aos edifícios públicos e teatros. Justifica também que, durante o século XIX, a apropriação das áreas circundantes à cidade se fazia pelos segmentos sociais mais favorecidos. Isto é, habitavam chácaras localizadas em locais agradáveis, oferecendo melhor qualidade de vida, sobretudo para estrangeiros. Villaça aponta que, embora habitando áreas mais afastadas do centro, as elites cariocas se tornavam urbanas. Exemplo é o Palácio São Cristóvão, localizado na Quinta da Boa Vista, afastado da Praça XV (na área central) e que atraiu, em suas imediações, muitas residências das elites. O mesmo para bairros em proximidade de morros arborizados e de matas como Tijuca, Santa Teresa, Cosme Velho etc. Já as encostas de morros mais áridos eram ocupadas pelos mais pobres.

Embora use o critério histórico como Caldeira, Villaça entrelaça a esse viés indicadores sociais na valorização e na desvalorização de certas áreas a partir de tendências das elites. Exemplifica esse raciocínio ao afirmar que as elites cariocas passaram a valorizar a orla litorânea a partir de novos estilos de vida, ou seja, do hábito de tomar banho de mar, provocando novo redirecionamento de ocupação urbana. Também o crescimento econômico da cidade possibilitou maior valorização das áreas centrais, levando com que bairros como Tijuca e Vila Isabel se tornassem distantes e isolados. Contudo, devido à alta renda de seus moradores, foi possível desenvolver um comér-

cio próprio. Nesse raciocínio, Villaça constrói também, historicamente, a trajetória de segregação em São Paulo e articula as relações sociais com a construção de um processo segregador, ao justificar as valorizações e desvalorizações de certas áreas urbanas. Isto é, a redefinição de espaços urbanos se manifesta através de estilos de vida, especulação imobiliária, sistema de transportes etc. Assim, trata a segregação espacial a partir de dados históricos, não faz uso de dados censitários e enfatiza a teia de relações sociais como produtoras e reprodutoras dos deslocamentos sobre o espaço e as valorizações e desvalorizações de certas áreas.

Ribeiro (2003) irá analisar a temática da segregação socioespacial a partir de metodologia distinta de Caldeira e de Villaça, ao medi-la pelas categorias sócio-ocupacionais. Embora sustente a importância da análise qualitativa, aponta que a metodologia quantitativa dá maior detalhamento e compreensão sintética do fenômeno, "...é a construção empírica sobre o conjunto da cidade, no qual podemos utilizar grande número de variáveis" (RIBEIRO, 2003: 166). Nesse sentido, Ribeiro recorre à categoria sócio-ocupacional como variável determinante para a construção de tipologias socioespaciais, para medir a segregação residencial na cidade do Rio de Janeiro. O autor sustenta que essa variável é 'menos metafórica' ao permitir melhor visualização "...da localização dos indivíduos no espaço como resultante da posse de recursos, de orientações ou de preferências e de restrições" (*op.cit.*:169) e conclui que a segregação "...passa a ser pensada como tradução territorial da estrutura social" (*ibidem*).

Contudo, Ribeiro destaca outra alternativa metodológica na utilização da categoria sócio-ocupacional na intenção de perceber "outras formas de diferenciação social" que sinalizem como o espaço social urbano é apropriado. Associar indicadores da diferenciação familiar da população (tamanho, tipo e ciclo familiar) com a categoria sócio-ocupacional de modo a "avaliar a existência de padrões diferentes de localização residencial no interior de uma mesma categoria sócio-ocupacional" (*ibidem*).

O autor ainda enfatiza que é de grande importância a escolha da unidade espacial de análise, já que seu tamanho demográfico influencia nas conclusões de maior ou menor diferenciação social dos espaços urbanos. Dessa forma, após pesquisas empíricas, concluiu que, na cidade do Rio de Janeiro, os 'espaços superiores' são ocupados por empregadores, dirigentes, elite intelectual, presença de setores médios e também parcela de categorias populares. Isto demonstra que a área de análise não é homogênea a partir dos critérios delimitados por categorias sócio-

ocupacionais, mas há uma concentração maior nesta área de determinado grupo, demonstrando assim, a presença da segregação residencial. Nesse mesmo raciocínio, o autor classifica outras áreas escolhidas como ‘espaços médio-superiores’, ‘espaços operários’ etc., e as relaciona com as várias categorias sócio-ocupacionais e mapeia socialmente a cidade do Rio de Janeiro pela concentração maior ou menor de determinada categoria.

Finalmente, Ribeiro aponta que sua pesquisa – ao optar pelo viés quantitativo de análise sócio-ocupacional – desmitifica a idéia de homogeneidade de determinadas áreas e indica a existência de espaços heterogêneos, embora estes sejam caracterizados pela concentração acentuada de determinada categoria sócio-ocupacional. Essa verificação demonstra o agravamento do problema da segregação residencial e espacial.

Torres (2005) segue o caminho quantitativo de Ribeiro, escolhendo, porém as variáveis renda e escolaridade para análise do nível de segregação socioespacial. Em seu texto, aponta dois índices: de isolamento e de dissimilaridade. Contudo, enfatiza que suas análises e suas considerações serão baseadas nos critérios medidos pelo índice de dissimilaridade, ou seja, a partir da “...proporção da população (de um dado grupo social) que teria de se mudar para que a distribuição de cada grupo social em cada área fosse similar à distribuição existente para o conjunto da cidade” (TORRES, 2005: 84).

Em sua metodologia, utiliza-se dos dados do Censo de 2000, e faz uma leitura da segregação residencial em São Paulo (1991-2000), a partir dos critérios concernentes à renda e à escolaridade. A partir da leitura das tabelas, concluiu-se que a proporção populacional referente à baixa renda e à baixa escolaridade decaiu na década de 1990, contudo, não se pôde concluir o mesmo da segregação. Nesse sentido, Torres se intriga diante do paradoxo da segregação residencial: houve crescimento de renda, melhorias sociais e dos serviços públicos. No entanto, os índices de segregação também aumentaram ou permaneceram constantes no tocante às áreas cujo critério foi a medição da escolaridade! Quais as explicações? Essa ambigüidade reforça a idéia inicial de que segregação não é somente um reflexo das desigualdades sociais;

é um fenômeno que requer maior complexidade em sua análise. A hipótese levantada pelo autor é que mesmo havendo uma diminuição da população de baixa renda, os espaços por ela ocupados se concentraram em áreas pobres e periféricas de São Paulo. Todavia, ressalta-se também a segregação a partir dos condomínios fechados e o grau de homogeneidade interna das elites que ali residem.

Contudo, o que se propôs aqui foi descrever breves raciocínios acerca da existência de alguns enfoques no tratamento da segregação socioespacial abordado em estudos acadêmicos nacionais. Diante da extensão desse trabalho, não será possível análise mais ousada em criticar as limitações de cada uma dessas abordagens. Entretanto, apresentou-se aqui várias formas de estudar a segregação socioespacial, desde enfoques mais abrangentes e históricos como o de Teresa Caldeira e Flávio Villaça, até os mais específicos, estatísticos e delimitados como Haroldo Torres e Luiz César Ribeiro.

REFERÊNCIAS

- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo,. São Paulo: Editora 34, Edusp, 2000.
- MARQUES, Eduardo. Elementos conceituais da segregação, da pobreza e da ação do Estado. in _____, TORRES, Haroldo (org.), São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais. São Paulo, Senac, p.19-55, 2005.
- TORRES, Haroldo. Medindo a segregação. in MARQUES, Eduardo, TORRES, Haroldo (org.), São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais. São Paulo, Senac, 2005, p.81-99.
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Segregação residencial e políticas públicas: análise do espaço social da cidade na gestão do território. in BOGUS, Cláudia Maria, ROSSI NETO, Elias (org.). Saúde nos aglomerados urbanos: uma visão integrada, Brasília, Organização Pan-Americana de Saúde, p.155-180, 2003.
- VILLAÇA, Flávio. O Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Nobel, 2001.

O que é teoria crítica urbana?

Por Neil Brenner

RESUMO

O que é teoria crítica urbana? Embora essa expressão seja usada frequentemente com um sentido descritivo para caracterizar a tradição de esquerda pós-1968 ou estudos urbanos radicais, defendo que a expressão também tem determinado um conteúdo sócio-teórico. Com essa finalidade, de forma articulada nos trabalhos de diversos filósofos sociais da Escola de Frankfurt, o presente artigo interpreta a teoria crítica com referência a quatro elementos interconectados: seu caráter teórico; sua reflexividade; sua crítica da razão instrumental; e sua ênfase na disjunção entre o presente e o possível. Com base nessas premissas, o artigo faz uma reflexão sobre o status das questões urbanas dentro da teoria social crítica. O artigo sustenta que, no início do século 21, cada um dos quatro elementos chave da teoria crítica social requer um engajamento sustentado com modelos contemporâneos de urbanização capitalista. Sob condições de uma urbanização mundial crescentemente generalizada, o projeto da teoria social crítica e da teoria crítica urbana estão entrelaçados como nunca antes.

ABSTRACT

What is critical urban theory? While this phrase is often used in a descriptive sense, to characterize the tradition of post-1968 leftist or radical urban studies, I argue that it also has determinate social-theoretical content. To this end, building on the work of several Frankfurt School social philosophers, this paper interprets critical theory with reference to four, mutually interconnected elements—its theoretical character; its reflexivity; its critique of instrumental reason; and its emphasis on the disjuncture between the actual and the possible. On this basis, a brief concluding section considers the status of urban questions within critical social theory. In the early 21st century, I argue, each of the four key elements within critical social theory requires sustained engagement with contemporary patterns of capitalist urbanization. Under conditions of increasingly generalized, worldwide urbanization, the project of critical social theory and that of critical urban theory have been intertwined as never before.

Neil Brenner

neil.brenner@nyu.edu

Professor de sociologia e estudos metropolitanos na New York University - NYU. Ele é autor do livro “New State Spaces: Urban Governance and the Rescaling of Statehood” (Oxford University Press, 2004); co-editor de “Spaces of Neoliberalism” (com Nik Theodore; Blackwell, 2002); e co-editor de “The Global Cities Reader” (com Roger Keil; Routledge, 2006). Seus interesses de pesquisa incluem teoria crítica urbana, teoria sócio-espacial, teoria do estado e economia geo-política comparativa.

Traduzido do original em inglês por Marianna Olinger.

Revisão científica de Brian Hazlehurst e Luiz Cesar Ribeiro.

INTRODUÇÃO

O que é teoria crítica urbana? Essa expressão é usada com frequência como referência nos trabalhos de acadêmicos do urbanismo radical ou de esquerda durante o período pós-1968 – por exemplo, os de Henri Lefebvre, David Harvey, Manuel Castells, Peter Marcuse e uma legião de outros que foram inspirados ou influenciados por estes (KATZNELSON, 1993; MERRIFIELD, 2002). A teoria crítica urbana rejeita divisões do trabalho e formas de compreensão urbana estatais, tecnocráticas e orientadas pelo e para o mercado. Nesse sentido, a teoria crítica difere fundamentalmente do que pode ser chamado de “teoria urbana dominante” – como, por exemplo, as abordagens herdadas da sociologia urbana da Escola de Chicago, ou aquelas aplicadas em formas tecnocráticas ou neoliberais da ciência política. Ao invés de afirmar a condição atual das cidades como a expressão de leis trans-históricas de organização social, racionalidade burocrática ou eficiência econômica, a teoria crítica urbana dá ênfase ao caráter político e ideologicamente mediado, contestado socialmente e, portanto, maleável, do espaço urbano, ou seja, sua (re)construção contínua como lugar, meio e resultado de relações de poder sócio-historicamente específicas. A teoria crítica urbana é, portanto, fundada em relações antagônicas não somente para compreensões urbanas herdadas, mas com frequência, para as formações urbanas existentes. A teoria crítica urbana insiste que outra forma de urbanização, mais democrática, socialmente justa e sustentável, é possível, mesmo que tais possibilidades estejam sendo atualmente suprimidas através de arranjos institucionais, práticas e ideologias dominantes. Em resumo, teoria crítica urbana envolve uma crítica da ideologia (incluindo ideologias científicas-sociais) e uma crítica do poder, da desigualdade, da injustiça e da exploração existentes, ao mesmo tempo, nas e entre as cidades.

No entanto, as noções de crítica e, mais especificamente, de teoria crítica, não são meramente expressões descritivas. Elas têm um conteúdo social e teórico determinado, derivado de várias ramificações da filosofia social Iluminista e pós-Iluminista, assim como nos trabalhos de Hegel, Marx e da tradição ocidental Marxiana (KOSELLECK, 1988; POSTONE, 1993; CALHOUN, 1995). Além disso, o foco da crítica na teoria social crítica tem evoluído significativamente durante os dois últimos séculos do desenvolvimento capitalista (THERBORN, 1996). Dada a agenda intelectual e política dessa edição da *CITY*¹, vale revisitar alguns dos argumentos chave

desenvolvidos nas tradições mencionadas anteriormente. Em particular, a da Escola de Frankfurt, a qual pode-se considerar como um ponto de referência crucial, ainda que frequentemente de forma implícita, para o trabalho contemporâneo do urbanismo crítico.

Um dos principais pontos a ser enfatizado aqui é a especificidade histórica de qualquer abordagem para a teoria social crítica, urbana ou qualquer outra forma de teoria crítica. Os trabalhos de Marx e da Escola de Frankfurt surgiram, respectivamente, durante fases iniciais do capitalismo competitivo (metade ao final do século 19) e Fordista-Keynesiano (metade do século 20), fases estas que foram substituídas pelo movimento progressivo, incansável e criativamente destrutivo do desenvolvimento capitalista (POSTONE, 1992, 1993, 1999). Uma questão chave contemporânea é, portanto, como as condições de possibilidade para uma teoria crítica mudaram na atualidade - no início do século 21 - em um contexto de uma formação capitalista crescentemente globalizada, neoliberalizada e financeirizada. (THERBORN, 2008).

Tais considerações também levam diretamente ao espinhoso problema de como posicionar questões urbanas dentro do projeto mais amplo da teoria crítica social. À exceção significativa do *Passagen-Werk* de Walter Benjamin, nenhuma das principais personalidades associadas à Escola de Frankfurt despendeu muita atenção às questões urbanas. Para eles, teoria crítica envolvia a crítica à mercadorização do Estado e da Lei, incluindo suas mediações, por exemplo, através das estruturas familiares, formas culturais e dinâmicas sócio-psicológicas (JAY, 1973; KELLNER, 1989; WIGGERSHAUS, 1995). Essa orientação foi plausível, de alguma forma, durante as fases competitiva e Fordista-Keynesiana do desenvolvimento capitalista, na medida em que os processos de urbanização eram geralmente vistos como uma expressão espacial direta de outras forças sociais, pretensamente mais importantes, como a industrialização, a luta de classes e a regulação do Estado. Defendo aqui, no entanto, que tal orientação não mais é válida no início do século 21, quando testemunhamos a urbanização do mundo com a ‘revolução urbana’, antecipada há aproximadamente quatro décadas atrás por Henri Lefebvre (2003 [1970]). Sob condições crescentemente generalizadas de urbanização mundial (LEFEBVRE, 2003 [1970]; SCHMID, 2005; SOJA e KANAI, 2007), o projeto da teoria crítica social e o da teoria crítica urbana estão entrelaçados como nunca antes.

¹ O artigo foi originalmente publicado no volume 13 da revista *CITY*, cujo tema era “*Cities for People, not for Profit*”. Brenner, Neil. *What is critical urban theory?*, *CITY*, V. 13, N°. 2-3, june-september 2009, 198 – 207.

Crítica e teoria social crítica

A idéia moderna de crítica é derivada do Iluminismo e foi desenvolvida de forma mais sistemática nos trabalhos de Kant, Hegel e dos Hegelianos de esquerda (MARCUSE, 1954; HABERMAS, 1973; JAY, 1973; CALHOUN, 1995; THERBORN, 1996). No entanto, assumiu uma nova significação no trabalho de Marx, com o desenvolvimento da noção de crítica da economia política (POSTONE, 1993). Para Marx, a crítica da economia política acarretava, por um lado, uma forma de *Ideologiekritik*, um desmascaramento de mitos históricos específicos, reificações e antinomias que permeiam as formas de conhecimento burguesas. Tão importante quanto isso, Marx entendeu a crítica da economia política não só como uma crítica das idéias e dos discursos sobre o capitalismo, mas como uma crítica do capitalismo em si mesmo, e como contribuição à tentativa de transcendê-lo. Nessa concepção dialética, uma tarefa chave da crítica é revelar as contradições existentes na totalidade historicamente específica formada pelo capitalismo.

Essa abordagem à crítica é percebida como tendo diversas funções importantes. Primeiro, expõe as formas de poder, exclusão, injustiça e desigualdade que sustentam formações sociais capitalistas. Em segundo, para Marx, a crítica da economia política pretende iluminar a paisagem emergente e contínua das lutas sócio-políticas: conecta discursos ideológicos da esfera política aos antagonismos (de classe) subjacentes e às forças sociais dentro da sociedade burguesa. Talvez, de maneira ainda mais importante, Marx entendeu a crítica como um meio para explorar, ambos em teoria e prática, a possibilidade de forjar alternativas ao capitalismo. Uma crítica da economia política, portanto, serve para mostrar como as contradições do capitalismo simultaneamente debilitam o sistema e apontam, para além dele, na direção de outras formas de organização de capacidades sociais e de relações sociedade/natureza.

Ao longo do século 20, a crítica da economia política de Marx tem sido apropriada em diversas tradições de análises críticas, incluindo o Marxismo tradicional da Segunda Internacional (KOLAKOWSKI, 1981) e os ramos alternativos do pensamento radical associados com o Marxismo ocidental (JAY, 1986). No entanto, pode-se argumentar que foi na teoria social crítica da Escola de Frankfurt que o conceito de crítica foi explorado de forma mais sistemática como um problema metodológico, teórico e político. Ao confrontar essa questão, os maiores expoentes da Escola de Frankfurt também desenvolveram um programa de pesquisa intelectual, politicamente subversivo e inovador sobre a economia política, as di-

nâmicas sócio-psicológicas, as tendências evolutivas e as contradições internas do capitalismo moderno (BRONNER e KELLNER, 1989; ARATO e GEBHARDT, 1990; WIGGERSHAUS, 1995).

Foi Max Horkheimer (1982 [1937]) quem, escrevendo do exílio na cidade de Nova Iorque em 1937, introduziu a terminologia da ‘teoria crítica’. O conceito foi subseqüentemente desenvolvido e ampliado por seus parceiros de trabalho Theodor Adorno e Herbert Marcuse, e posteriormente, em direções muito diferentes, por Jürgen Habermas, até a década de 1980. Na concepção da Escola de Frankfurt, a teoria crítica representava um rompimento decisivo com as formas ortodoxas de Marxismo que prevaleceram na Segunda Internacional, com sua ontologia do trabalho e sua invocação da luta de classes proletária como a base privilegiada para transformação social no capitalismo. Adicionalmente, ao longo de meados do século 20, a teoria crítica da Escola de Frankfurt foi animada por diversas outras preocupações contexto-específicas, incluindo: a crítica ao fascismo na Alemanha e em outros lugares; a crítica da tecnologia, do consumo de massa e da indústria cultural no capitalismo pós-guerra na Europa e Estados Unidos; e, especialmente no trabalho posterior de Herbert Marcuse, a crítica da supressão da emancipação humana nos sistemas institucionais vigentes.

A noção de teoria crítica da Escola de Frankfurt foi inicialmente elaborada como um conceito epistemológico. O clássico ensaio de Horkheimer de 1937 ‘Teoria Crítica e Tradicional’, serviu para demarcar uma alternativa às abordagens positivistas e tecnocráticas da ciência social e à filosofia burguesa (HORKHEIMER, 1982 [1937], pp.188–252). Essa linha de análise foi continuada por Adorno na década de 1960, na *Positivismusstreit* (disputa positivista) com Karl Popper (ADORNO et al., 1976), e mais uma vez, de forma totalmente diferente dos seus escritos filosóficos sobre teoria dialética e estética (para uma amostra, ver O’CONNOR, 2000). A noção de teoria crítica foi desenvolvida em mais outra nova direção por Habermas em seu debate sobre tecnocracia com Niklas Luhmann no início da década de 1970 (HABERMAS e LUHMANN, 1971), e de uma forma ainda mais elaborada e madura, em sua grande obra, “A Teoria da Ação Comunicativa”, em meados da década de 1980 (HABERMAS, 1985, 1987).

A visão de teoria crítica mais carregada politicamente foi apresentada, indiscutivelmente, por Herbert Marcuse em meados da década de 1960, sobretudo em seu clássico livro de 1964, “Homem Unidimensional”. Para Marcuse, a teoria crítica acarretava uma crítica imanente da sociedade capitalista em sua forma corrente: está relacionada, ele insistia,

“com as alternativas históricas que perseguem a sociedade estabelecida como forças e tendências subversivas” (1964, pp. xi–xii). Existe então uma conexão direta entre o projeto de Marcuse e um aspecto central da crítica da economia política original de Marx: a busca por alternativas emancipatórias latentes no presente, devido às contradições das relações sociais existentes (como enfatizado sistematicamente por Postone, 1993). O significado de cada uma só pode ser compreendido em sua inteireza em relação aos outros (Figura 1).

Teoria Crítica é Teoria

Na Escola de Frankfurt, teoria crítica é, sem nenhum tipo de constrangimento, abstrata. É caracterizada por reflexões epistemológicas e filosóficas; pelo desenvolvimento de conceitos formais, generalizações sobre tendências históricas; por formas de argumentação dedutivas e indutivas; e diversas formas de análises históricas. Também pode se desenvolver sobre as bases de pesquisas concretas, ou seja, sobre uma base de evidências, seja organizada por métodos tradicionais ou críticos. Como descreve Marcuse (1964, p. xi), “Para identificar e definir as possibilidades para um desenvolvimento ótimo, a teoria crítica deve abstrair da organização e utilização existente de recursos da sociedade, e dos resultados dessa organização e utilização”. E, nesse sentido, é uma teoria.

Teoria crítica não deve, portanto, servir como uma fórmula para qualquer caminho particular de mudança social, não é um mapa estratégico para mudança social, e não é um guia de ‘como fazer’ para movimentos sociais. Pode e, de fato, deveria ter mediações com o campo da prática, e se propõe explicitamente a informar a perspectiva estratégica de atores políticos e sociais progressistas, radicais ou revolucionários. Mas ao mesmo tempo, a concepção de teoria crítica da Escola de Frankfurt está focada em um momento de abstração que é analiticamente anterior à famosa pergunta Leninista ‘O que fazer?’.

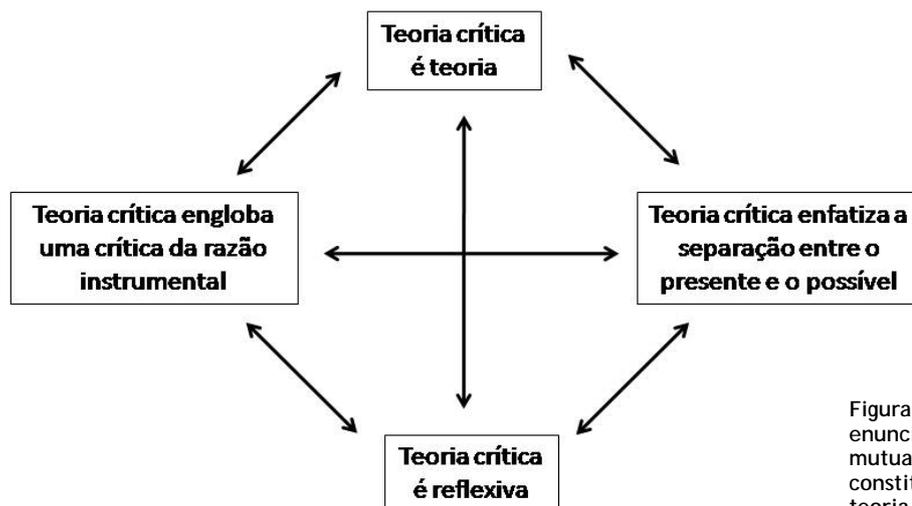


Figura 1: Quatro enunciados mutuamente constitutivos da teoria crítica

Teoria Crítica é Reflexiva

Na tradição da Escola de Frankfurt, teoria é entendida como, simultaneamente possibilitada por, e orientada a, contextos e condições históricas específicas. Essa conceituação tem pelo menos duas implicações chave. Primeiro, a teoria crítica envolve uma rejeição total de qualquer ponto de partida - positivista, transcendental, metafísico ou outro - que de alguma forma alega poder estar “fora” de um contexto histórico específico no tempo/espaço. Todo conhecimento social, incluindo a teoria crítica, está embutido na dialética da mudança social e histórica; é, portanto, intrinsecamente, endemicamente contextual. Em segundo, a teoria crítica da Escola de Frankfurt transcende uma preocupação hermenêutica generalizada com a situação de todo conhecimento. É focada, mais especificamente, na questão de como formas oposicionistas e antagonistas de conhecimento, subjetividade e consciência podem emergir em uma formação social histórica.

Teóricos críticos confrontam essa questão enfatizando o caráter contraditório, fragmentado e rompido do capitalismo como totalidade social. Se a totalidade fosse fechada, não contraditória ou completa, não poderia haver consciência crítica dela; não existiria a necessidade da crítica e, certamente, a crítica seria estruturalmente impossível. A crítica emerge precisamente na medida em que a sociedade está em conflito consigo mesma, ou seja, porque sua forma de desenvolvimento é autocontraditória. Nesse sentido, teóricos críticos não estão preocupados somente em situar eles mesmos e suas agendas de pesquisa

na evolução histórica do capitalismo moderno, mas também, e de maneira igualmente relevante, querem entender o que há no capitalismo moderno que permite as suas próprias formas, e as das outras, de consciência crítica.

Teoria Crítica Envolve uma Crítica da Razão Instrumental

Como é amplamente conhecido, os teóricos críticos da Escola de Frankfurt desenvolveram uma racionalidade crítica instrumental (analisada em profundidade por Habermas, 1985, 1987). Com base nos escritos de Max Weber, eles se opuseram à generalização societária de racionalidade meios-fins orientada a fins racionalmente escolhidos (*Zweckrationale*), uma ligação eficiente de meios a fins, sem questionamento dos próprios fins. Essa crítica teve implicações em vários campos da organização industrial, tecnologia e administração, mas de forma mais crucial, os teóricos da Escola de Frankfurt também a aplicaram ao campo das ciências sociais. Nesse sentido, a teoria crítica envolve uma forte rejeição de modos instrumentais de conhecimento científico social, ou seja, aqueles designados a tornar arranjos institucionais existentes mais eficientes e efetivos, para manipular e dominar o mundo social e físico e, portanto, fortalecer as atuais formas de poder. Ao invés disso, teóricos críticos demandaram um questionamento dos fins do conhecimento e, portanto, um engajamento explícito com questões normativas.

De forma consistente com sua abordagem historicamente reflexiva à ciência social, acadêmicos da Escola de Frankfurt defendiam que uma teoria crítica deve explicitar suas orientações práticas, políticas e normativas, ao invés de adotar uma visão estreita ou tecnocrática. Modos instrumentalistas de conhecimento pressupõem necessariamente sua separação de seu objeto de investigação. No entanto, uma vez que a separação é rejeitada, e o “conhecedor” é entendido como parte do mesmo contexto social prático que está sendo investigado, questões normativas são inevitáveis. A proposta de reflexividade e a crítica da razão instrumental são, portanto, diretamente interconectadas.

Consequentemente, quando os teóricos críticos discutem o chamado problema teoria/prática, eles não estão se referindo a questão de como “aplicar” a teoria à prática, mas sim, estão pensando essa relação dialética exatamente na direção oposta. Isto é, em como o campo da prática (e portanto, considerações normativas) sempre já informa o trabalho dos teóricos, mesmo quando esse último permanece em um nível abstrato. Como escreveu Habermas em 1971:

A interpretação dialética [associada à teoria crítica] compreende o conhecimento do sujeito em termos da relação da práxis social, em termos de sua posição, tanto no processo do trabalho social e no processo de esclarecimento das forças políticas sobre suas metas. (1973, pp. 210–211)

A Teoria Crítica Enfatiza a Separação entre o Presente e o Possível

Como defende Therborn (2008), a Escola de Frankfurt adota uma crítica da modernidade capitalista, ou seja, afirma as possibilidades da liberação humana abertas por sua formação social enquanto também critica suas exclusões, opressões e injustiças sistêmicas. A tarefa da teoria crítica é, assim, não apenas investigar as formas de dominação associadas ao capitalismo moderno, mas igualmente, escavar as possibilidades emancipadoras que estão embutidas nele, ainda que simultaneamente suprimidas por esse mesmo sistema.

Em grande parte dos escritos da Escola de Frankfurt, essa orientação envolve uma ‘busca por um elemento revolucionário’, ou seja, a preocupação em encontrar um agente de mudança social radical que pudesse concretizar as possibilidades desencadeadas, ainda que suprimidas, pelo capitalismo. No entanto, dado o abandono de qualquer esperança de revolução proletária pela Escola de Frankfurt, sua busca por um elemento revolucionário durante o período pós guerra gerou um pessimismo um tanto melancólico em relação à possibilidade de transformação social e, especialmente no trabalho de Adorno e Horkheimer, um recuo à preocupações filosóficas e estéticas relativamente abstratas (POSTONE, 1993).

Marcuse, em contraste, apresenta uma posição muito diferente sobre essa questão na introdução do *Homem Unidimensional*. No livro, ele concorda com seus colegas da Escola de Frankfurt que, em contraste com o período formativo da industrialização capitalista, o capitalismo do final do século 20 carece de qualquer ‘agente ou agências de mudança social’ de forma clara; em outras palavras, o proletariado não estava mais operando como classe para si mesma. Entretanto, Marcuse (1964, p. xii) insiste que “a necessidade por uma mudança qualitativa está pressionando como nunca antes [...] pela sociedade como um todo, para cada um de seus membros”. Em relação a esse contexto, Marcuse propõe que a qualidade um tanto abstrata da teoria crítica, durante a época em que ele escreveu, estava organicamente ligada à ausência de um agente evidente de mudança social emancipatória e radical. Ele defende, além do mais, que as abstrações associadas à teoria crítica só poderiam ser dissolvidas através de lutas históricas

concretas: “os conceitos teóricos”, Marcuse (1964, p. xii) sugere, “acabam com a mudança social”. Essa forte afirmação nos leva de volta à idéia de teoria crítica como teoria. Assim como o impulso crítico da teoria crítica é historicamente orientado, sua orientação teórica também é continuamente moldada e remodelada através de contínuas transformações sociais e políticas.

A posição de Marcuse é remanescente da famosa reivindicação de Marx no Volume 3 do *Capital* de que toda ciência seria supérflua se não houvesse distinção entre realidade e aparência. De forma similar, Marcuse sugere que em um mundo no qual mudança social revolucionária ou radical estivesse ocorrendo, a teoria crítica seria efetivamente marginalizada ou até dissolvida, não em sua orientação crítica, mas como teoria, se transformaria em prática concreta. Ou, para colocar de maneira diferente, é precisamente devido ao fato da prática social emancipatória, transformadora e revolucionária permanecer tão restrita e confinada sob o capitalismo contemporâneo que a teoria crítica permanece teoria crítica e não simples prática social cotidiana. A partir desse ponto de vista, a chamada divisão teoria/prática é um artefato decorrente não da confusão teórica ou das inadequações epistemológicas, mas da formação social contraditória e alienada na qual a teoria crítica está inscrita. Não existe teoria que possa superar essa divisão, porque, por definição, ela não pode ser superada teoricamente; só pode ser superada na prática.

A Teoria Crítica e a Questão da Urbanização

Enquanto o trabalho de Marx tem exercido uma influência massiva no campo dos estudos urbanos críticos pós-1968, poucos, se é que algum dos contribuintes desse campo se engajaram diretamente com os escritos da Escola de Frankfurt. Apesar disso, acredito que a maior parte dos autores que se posicionam no universo intelectual dos estudos urbanos críticos endossaria, ao menos em termos gerais, a concepção de teoria crítica articulada através das quatro proposições resumidas abaixo:

- eles insistem na necessidade pelo abstrato, argumentos teóricos sobre a natureza dos processos urbanos no capitalismo, enquanto rejeitam a concepção da teoria como “feita sob encomenda” para atender preocupações instrumentais, imediatas ou práticas;
- eles vêem o conhecimento das questões urbanas, incluindo perspectivas críticas, como sendo historicamente específicas e mediadas

através de relações de poder;

- eles rejeitam formas de análise urbana instrumentalistas, tecnocráticas e guiadas pelo mercado que promovem a manutenção e a reprodução de formações urbanas existentes; e
- eles estão preocupados em prospectar as possibilidades de formas de urbanismo alternativas, radicalmente emancipatórias que estão latentes nas cidades contemporâneas, ainda que sistematicamente suprimidas.

Claro que, qualquer contribuição dada à teoria crítica urbana pode estar mais afinada com algumas dessas proposições que com outras, mas elas parecem, cumulativamente, constituir uma fundação epistemológica importante para o campo de maneira geral. Nesse sentido, a teoria crítica urbana desenvolveu-se em um terreno intelectual e político que já tinha sido extensivamente trabalhado não só por Marx, mas por vários teóricos da Escola de Frankfurt. Dado o caráter destacado e até dividido dos debates substantivos, metodológicos e epistemológicos entre urbanistas críticos desde a construção deste campo no início da década de 1970 (ver, por exemplo, SAUNDERS, 1986; GOTTDIENER, 1985; SOJA, 2000; BRENNER e KEIL, 2005; ROBINSON, 2006) é essencial não perder de vista essas amplas áreas de concordância fundamentais.

No entanto, como o campo dos estudos críticos urbanos continua a evoluir e se diversificar no início do século 21, seu caráter como teoria supostamente crítica merece ser submetido a um escrutínio cuidadoso e à discussão sistemática. Em uma crítica feminista incisiva de Habermas, Fraser (1989) formulou a famosa pergunta: ‘O que é crítico na teoria crítica?’. A pergunta de Fraser também pode ser feita no campo em discussão nessa edição da *CITY*: o que é crítico na teoria crítica urbana? Precisamente porque o processo da urbanização capitalista continua seu movimento de destruição criativa em escala mundial, os significados e modalidades de crítica nunca podem ser tidos como constantes; eles devem, pelo contrário, ser continuamente reinventados em relação à evolução de geografias políticas e econômicas desiguais desse processo e os diversos conflitos que produzem. Isto é, em minha percepção, trata-se de um dos maiores desafios intelectuais e políticos que confrontam teóricos do urbanismo crítico atualmente, e um dos que muitos contribuintes a essa edição da *CITY* abraçam de forma bastante produtiva.

Como indicado acima, o conceito de crítica desenvolvido por Marx e a visão de teoria crítica elaborada na Escola de Frankfurt estavam inscritos em formações historicamente específicas do capitalismo.

Consistente com sua demanda por reflexividade, cada uma dessas abordagens explicitamente se compreenderam como inscritas nesta formação, e estavam autoconscientemente orientados na direção de submeter esta última à crítica. Essa demanda por reflexividade, como elaborada acima, deve também ser central em qualquer tentativa de se apropriar ou reinventar a teoria crítica, urbana ou outra, no início do século 21.

No entanto, como Postone (1993, 1999) argumentou, as condições de possibilidade para a teoria crítica têm sido completamente reconstituídas sob o capitalismo pós-Fordista e pós-Keynesiano. A natureza das barreiras estruturais para as formas de mudança social emancipatórias e da imaginação relacionadas a alternativas para o capitalismo tem sido transformadas qualitativamente com a aceleração da integração geoeconômica, a financeirização intensificada do capital, a crise do modelo pós guerra de intervenção de estado de bem estar social, a neoliberalização das formas de Estado ainda em curso e a crise ecológica planetária que se agrava (ALBRITTON et al., 2001; HARVEY, 2005). A crise financeira global mais recente - resultado final de uma 'montanha russa' de quebras regionais catastróficas que foram reverberando na economia mundial por pelo menos uma década (HARVEY, 2008), gerou uma nova rodada de reestruturações induzidas pela crise mundial, que rearticularam as condições institucionais, epistemológicas e políticas para qualquer possibilidade de teoria crítica social (BRAND e SEKLER, 2009; GOWAN, 2009; PECK et al., 2009). Enquanto os quatro elementos da teoria crítica mencionados anteriormente se mantêm claramente relevantes no início do século 21, seus significados e modalidades específicas precisam ser cuidadosamente re-conceituados. O desafio para aqueles comprometidos com o projeto da teoria crítica é fazê-lo de uma forma que seja adequada ao fluxo contínuo e progressivo do capital, com as contradições e tendências de crise associadas a ele, e as lutas e impulsos antagônicos que este gera através de ambientes variados da economia mundial.

Confrontar essa tarefa, eu tenho que convir, depende de uma integração muito mais sistemática de questões urbanas ao quadro analítico da teoria crítica social como um todo. Como mencionado acima, a problemática da urbanização recebeu relativamente pouca atenção nas análises clássicas da Escola de Frankfurt; e foi só relativamente recente que variados esboços de Benjamin (2002) sobre a transformação capitalista de Paris no século 19 geraram um interesse acadêmico significativo pelo tema (BUCK-MORSS, 1991). Mesmo durante as fases competitiva e Fordista-Keynesiana do desenvolvimento capitalista,

processos de urbanização manifestaram-se acima de tudo na formação e expansão de regiões urbanas em larga escala, simbolizados destacadamente nas dinâmicas de acumulação de capital e na organização das relações sociais cotidianas e lutas políticas. Nas condições geopolíticas atuais, no entanto, o processo de urbanização se tornou crescentemente generalizado em uma escala mundial. A urbanização não diz mais respeito apenas à expansão das 'grandes cidades' do capitalismo industrial, aos vastos centros de produção metropolitanos, à dispersão metropolitana e às configurações regionais de infra-estrutura do capitalismo Fordista-Keynesiano, ou às expansões lineares antecipadas de populações das 'mega-cidades' do mundo. Ao invés disso, como Lefebvre (2003 [1970]) antecipou aproximadamente quatro décadas atrás, esse processo se desenvolve agora crescentemente através de alongamentos desiguais do 'tecido urbano', composto de diversos tipos de padrões de investimento, espaços para assentamentos, matrizes de utilização da terra e redes de infra-estrutura ao longo de toda economia mundial. A urbanização ainda se manifesta na massiva expansão continuada das cidades, cidades-região e mega-cidade-regiões, mas igualmente vincula-se à transformação sócio-espacial de diversos assentamentos urbanos menos densamente aglomerados que estão, através de redes de infraestrutura interurbanas e inter-metropolitanas constantemente adensadas, sendo cada vez mais estreitamente interligados aos principais centros urbanos. Em resumo, estamos testemunhando, nada menos que a intensificação e extensão dos processos de urbanização em todas as escalas espaciais e em toda superfície do espaço planetário (LEFEBVRE, 2003 [1970]; SCHMID, 2005).

Como ao longo de fases anteriores do desenvolvimento capitalista, as geografias da urbanização são profundamente díspares. Mas seus parâmetros não são mais confinados em um tipo único de espaço, seja ele definido como cidade, cidade-região, região metropolitana ou mesmo mega-cidade-regiões. Consequentemente, em circunstâncias contemporâneas, o urbano não pode mais ser visto como um lugar relativamente limitado ou distinto; ao invés, se tornou uma condição planetária generalizada na qual, e através da qual, a acumulação do capital, a regulação da vida política e econômica, a reprodução das relações sociais cotidianas e a contestação das características possíveis do planeta e da humanidade são simultaneamente organizadas e disputadas. Nessa perspectiva, é crescentemente insustentável ver questões urbanas como meramente um entre muitos subtópicos especializados, aos quais uma abordagem teórica crítica pode ser aplicada, como por exemplo,

família, psicologia social, educação, indústrias culturais, e outras semelhantes. Ao invés disso, cada uma das orientações políticas e metodológicas associadas à teoria crítica, como discutido acima, requer atualmente um engajamento sustentado com os modelos mundiais contemporâneos de urbanização capitalista e suas consequências profundas para as relações sociais, políticas, econômicas e humanas/ natureza.

Essa é uma afirmação intencionalmente provocativa, e esse breve artigo oferece nada mais que uma tentativa modesta de demarcar uma necessidade por tal engajamento e alguns parâmetros intelectuais amplos nos quais isso pode ocorrer. Evidente que uma elaboração efetiva de reorientação 'urbanística' da teoria crítica vai requerer mais reflexão teórica, pesquisa comparativa concreta e extensa, bem como estratégias criativas e colaborativas para gerar as condições institucionais requeridas para uma efervescência de conhecimentos críticos sobre a urbanização contemporânea. Defendi acima que urbanistas críticos devem trabalhar para aclarar e redefinir continuamente o caráter 'crítico' de suas orientações, compromissos e engajamentos teóricos à luz dos processos de reestruturação urbana do início do século 21. Dadas as amplas transformações associadas a tais processos, o momento parece igualmente oportuno para integrar a problemática da urbanização de maneira mais sistemática e abrangente na arquitetura intelectual da teoria crítica de maneira mais ampla.

Agradecimentos

Agradeço a Peter Marcuse, Margit Mayer e Christian Schmid pelos debates e pelos comentários críticos que colaboraram para a realização desde trabalho.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T., Albert, H., Dahrendorf, R., Habermas, J., Pilot, H. and Popper, K. (1976) *The Positivist Dispute in German Sociology*. Trans. G. Adey and D. Frisby. London: Heinemann.
- ALBRITTON, R., Itoh, M., Westra, R. and Zuege, A. (eds) (2001) *Phases of Capitalist Development: Booms, Crises, Globalizations*. New York: Palgrave.
- ARATO, A. and Gebhardt, E. (eds) (1990) *The Essential Frankfurt School Reader*. New York: Continuum.
- BENJAMIN, W. (2002) *The Arcades Project*. Ed. R. Tiedemann, trans. H. Eiland and K. McLaughlin. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- BRAND, U. and Sekler, N. (eds) (2009) 'Postneo-liberalism: a beginning debate' [Special issue], *Development Dialogue* 51, pp. 3–211.
- BRENNER, N. and Keil, R. (eds) (2005) *The Global Cities Reader*. New York: Routledge.
- BRONNER, S. and Kellner, D. (1989) *Critical Theory and Society: A Reader*. New York: Routledge.
- BUCK-MORSS, S. (1991) *The Dialectics of Seeing: Walter Benjamin and the Arcades Project*. Cambridge, MA: MIT Press.
- CALHOUN, C. (1995) 'Rethinking critical theory', in C. Calhoun, *Critical Social Theory*, pp. 1–42. Cambridge, MA: Blackwell.
- FRASER, N. (1989) *Unruly Practices*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- GOTTDIENER, M. (1985) *The Social Production of Urban Space*, 2nd edn. Austin: University of Texas Press.
- GOWAN, P. (2009) 'Crisis in the heartland: consequences of the new Wall Street system', *New Left Review* 55, pp. 5–29.
- HABERMAS, J. (1973) *Theory and Practice*. Trans. J. Viertel. Boston: Beacon.
- HABERMAS, J. (1985) *The Theory of Communicative Action*, Volume 1. Trans. T. McCarthy. Boston: Beacon. Habermas, J. (1987) *The Theory of Communicative Action*, Volume 2. Trans. T. McCarthy. Boston: Beacon.
- HABERMAS, J. and Luhmann, N. (1971) *Theorie der Gesellschaft oder Sozialtechnologie—was leistet Systemforschung?* Frankfurt: Suhrkamp Verlag.
- HARVEY, D. (2005) *The New Imperialism*. New York: Oxford University Press.
- HARVEY, D. (2008) 'The right to the city', *New Left Review* 53, pp. 23–40.
- HORKHEIMER, M. (1982 [1937]) 'Traditional and critical theory', in M. Horkheimer, *Critical Theory: Selected Essays*, pp. 188–243. Trans. M.J. O'Connell. New York: Continuum.
- JAY, M. (1973) *The Dialectical Imagination*. Boston: Little, Brown.
- JAY, M. (1986) *Marxism and Totality*. Berkeley: University of California Press.
- KATZNELSON, I. (1993) *Marxism and the City*. New York: Oxford University Press.
- KELLNER, D. (1989) *Critical Theory, Marxism and Modernity*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.

- KOLAKOWSKI, L. (1981) *Main Currents of Marxism, Volume 2: The Golden Age*. Oxford: Oxford University Press.
- KOSELLECK, R. (1988) *Critique and Crisis. Enlightenment and the Pathogenesis of Modern Society*. Cambridge, MA: MIT Press.
- LEFEBVRE, H. (2003 [1970]) *The Urban Revolution*. Trans. R. Bononno. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- MARCUSE, H. (1954) *Reason and Revolution: Hegel and the Rise of Social Theory*. London: Humanities Press.
- MARCUSE, H. (1964) *One-Dimensional Man*. Boston: Beacon.
- MERRIFIELD, A. (2002) *Metro-Marxism*. New York: Routledge.
- O'CONNOR, B. (ed.) (2000) *The Adorno Reader*. Oxford: Wiley-Blackwell.
- PECK, J., Theodore, N. and Brenner, N. (2009) 'Postneoliberalism and its discontents', Center for Urban Economic Development (CUED), University of Illinois at Chicago, unpublished manuscript.
- POSTONE, M. (1992) 'Political theory and historical analysis', in C. Calhoun (ed.) *Habermas and the Public Sphere*, pp. 164–180. Cambridge, MA: MIT Press.
- POSTONE, M. (1993) *Time, Labor and Social Domination: A Re-interpretation of Karl Marx's Critical Social Theory*. New York: Cambridge University Press.
- POSTONE, M. (1999) 'Contemporary historical transformations: beyond postindustrial theory and neo-Marxism', *Current Perspectives in Social Theory* 19, pp. 3–53.
- ROBINSON, J. (2006) *Ordinary Cities*. London: Routledge.
- SAUNDERS, P. (1986) *Social Theory and the Urban Question*, 2nd edn. New York: Routledge.
- SCHMID, C. (2005) 'Theory', in R. Diener, J. Herzog, M. Meili, P. de Meuron and C. Schmid, *Switzerland: An Urban Portrait*, pp. 163–224. Basel: Birkhäuser Verlag.
- SOJA, E. (2000) *Postmetropolis*. Cambridge, MA: Blackwell.
- SOJA, E. and Kanai, M. (2007) 'The urbanization of the world', in R. Burdett and D. Sudjic (eds) *The Endless City*, pp. 54–69. London: Phaidon Press.
- THERBORN, G. (1996) 'Dialectics of modernity: on critical theory and the legacy of 20th century Marxism', *New Left Review* 1/215, pp. 59–81.
- THERBORN, G. (2008) *From Marxism to Post-Marxism?* London: Verso.
- WIGGERSHAUS, R. (1995) *The Frankfurt School: Its History, Theories and Political Significance*. Trans. M. Robertson. Cambridge, MA: MIT Press.



ENTREVISTA

Anne-Marie
Broudehox

*Professora Assistente na
Escola de Design, na
Universidade de Quebec à
Montreal.*

broudehox.anne-marie@uqam.ca

Mega Eventos

o futuro do planejamento ou o planejamento como futuro?

Nossa entrevistada dessa edição, Professora Dr^a. Anne-Marie Broudehox leciona, como Professora Assistente na Escola de Design, na Universidade de Quebec à Montreal. Dedicada-se, atualmente, aos temas dos grandes eventos internacionais, tendo publicado inúmeros artigos que investigam, entre outras complexidades, a relação entre política, economia (articuladas em múltiplas escalas) na construção - ou tentativa - de uma imagem do urbano global. Mais especificamente, as estratégias de um novo tipo de planejamento das cidades que, ao eleger a competição, o reconhecimento prestigioso e as representações como marcas - e alegorias - de um processo de desenvolvimento, vincula à demonstração por meios simbólicos um padrão específico de desenvolvimento. Quais os efeitos (e impactos) desse novo perfil de Política Pública nas relações e estruturas sociais, são abordados pela Professora Anne-Marie nessa entrevista.

Mega Eventos: quais os significados, dinâmicas e desafios que essa categoria apresenta para o planejamento contemporâneo das cidades?

Os jogos olímpicos funcionam como um selo de aprovação que marcará as cidades para sempre como pertencentes a um patamar superior na escala global. Eu vejo o interesse de mega eventos para as cidades como forma de promoção e marketing de sua imagem. As cidades passaram a acreditar que estão em competição no mundo umas com as outras. Logo, uma das ferramentas de promoção é sediar mega eventos. Uma vez que uma cidade consegue a verba para mega eventos e o título de reconhecimento para tal, então pode usar isto para aceleração de execução de outros projetos que não puderam ser realizados até então. É, portanto, também um catalisador para mega projetos nas cidades. Os esportes em si (a maioria dos mega eventos hoje em dia ocorre na primavera) são secundários. São apenas um show para que a população assista. E, é claro, a presença da televisão e da mídia em geral são importantes para a imagem da cidade.

Em um país como o Brasil, por exemplo, o futebol tem um poder simbólico muito forte, logo, o país sediar a Copa do Mundo é simplesmente incrível. Isso acarreta, posteriormente, uma quebra de resistência para realização de outros projetos, porque, no Brasil, resistir ao futebol é muito difícil. Para os Jogos Olímpicos, a mesma coisa - talvez menos no Brasil, mas no mundo inteiro as olimpíadas têm um poder simbólico forte.

Como os mega eventos têm datas para terminar, eles também possibilitam a aceleração de transformações e a eliminação de burocracias governamentais. O governo poderá aprovar leis com mais rapidez, como nós vimos nos últimos meses. Eduardo Paes teve 3 leis especiais aprovadas em apenas alguns dias. Ninguém teve tempo de ler o projeto de lei. Portanto, é uma ferramenta com um poder simbólico forte, que possibilita transformações muito grandes e rápidas na cidade.

O investimento de recursos públicos para criar condições favoráveis para receber eventos internacionais apresenta que impactos para o gerenciamento das cidades?

As cidades querem se transformar, mudar sua imagem e os mega projetos permitem que o resto do mundo note isto, além de possibilitar que diferentes instâncias e institucionalidades contribuam e colaborem. Cada país, nessa lógica, consegue verba de diferentes esferas governamentais (no caso brasileiro,

específico, estadual, federal e municipal), pois está sediando as olimpíadas. Há também investimentos privados, pois as empresas adoram poder usar o logo das olimpíadas, que é um dos maiores selos do mundo. Todos querem participar do espetáculo. O lado ruim disso é que organizações internacionais como a FIFA ou o Comitê Olímpico têm visões muito rígidas sobre o que deve ser feito. Muitas coisas, por exemplo, estão sendo feitas no Rio de Janeiro, como a construção de paredes ao longo da Linha Vermelha, Amarela, a remoção de assentos no Maracanã: há uma imagem a ser zelada. A cada ano que passa

Uma vez que uma cidade consegue a verba para megaeventos e o título de reconhecimento para tal, então pode usar isto para aceleração de execução de outros projetos que não puderam ser realizados até então.

há menos assentos no Maracanã, e esses assentos são para pessoas mais ricas. Os ingressos estão cada vez mais caros e a multidão fica cada vez mais distante do show. Nós vimos isso na África do Sul. A cidade havia decidido construir o Estádio Durban em um bairro pobre, para que depois da Copa os moradores pudessem usufruir dele, mas a FIFA preferiu um local em que a vista, filmada por helicópteros, fosse mais bela, em um bairro rico. E a FIFA venceu.

A competição entre as cidades na busca pelo capital internacional resulta em uma configuração das políticas de desenvolvimento local que não possuem a ideia do desenvolvimento nacional? É possível falarmos em um tipo de Planejamento de Estado ou Políticas Públicas, mas sem a ideia de nação?

Há essa dinâmica em que existem aspirações nacionais e aspirações da cidade, mas existem também as necessidades e realidades locais e há obviamente uma grande distorção entre esses níveis de preocupações. No topo, há a visão das corporações internacionais com muito pouco interesse na cultura local e que impõe interesses internacionais. Os estudiosos de mega eventos mais cínicos dizem que o que precisamos fazer é que as Nações Unidas comprem terra em uma ilha no meio do oceano para designá-la como um país olímpico. Então, as olimpíadas deviam acontecer lá a cada ano. Essa proposta de mega eventos têm uma mistura de modelos internacionais, desejos nacionais para representar a nação e políticas locais, que

podem acabar se perdendo. Ter os Jogos Olímpicos em um território neutro e ter diferentes nações vindo para sediá-los, assumiria necessariamente o risco de tornar o evento “desterritorializado”.

A temática dos mega eventos poderia indicar a necessidade de desenvolvimento de um novo olhar sobre o território? Quais processos de construção de identidade são possíveis quando a relação entre o global e o local inclui ainda a disputa entre especificidades dentro do mesmo país? O Estado Nacional assume outro significado? A noção de cidadania fica também fragmentada?

É claro. Esse é um dos maiores desafios e eu não sei se pode ser resolvido. Toda vez que vemos um mega evento nós vemos exatamente os mesmos conflitos. Quando olhamos para as olimpíadas na China, pensamos que tinha a ver com ser uma ditadura, mas em Vancouver, no Canadá, que supostamente é uma nação democrática, as pessoas pobres e sem teto foram tratadas da mesma forma como os pobres na China e como os moradores das favelas serão tratados no Rio. Portanto, esconder a parte pobre e servir a interesses específicos é o que vemos em qualquer lugar. Isso é dirigido pela aspiração de ser uma cidade global, essa visão do que é uma cidade global (...): eficiência, modernidade, não há pobreza.

Todo esse projeto, de alguma forma, leva em consideração a cultura local, ou a identificação com a cultura local ou são linguagens e culturas globais?

Ao mesmo tempo, as nações se representam nas olimpíadas tentando se estabelecer como culturalmente únicas e ricas. Como a exportação da imagem da Índia. Muitos indianos não têm casas e não vimos muitos sem-teto na televisão. Mas na cerimônia oficial o que se vende é essa mistura idealizada de identidade, que eles têm igualdade, que têm representatividade de todas as nações (...), isso é marketing. A realidade, a cultura local e urbana, os problemas etc, não são tão interessantes, não constroem uma boa imagem. Há muito o que camuflar. Vamos ver o que acontece com as favelas no Rio. Eu já vi o Dona Marta cheio de luzes, como se fosse uma vila com vista para o mar. Há muitos artifícios para embelezar a realidade local. Mas de fato, o que acontece é que isso destrói parte da cultura do lugar, mudando-a e tornando-a turística. Eu escrevi sobre direitos humanos e dos cidadãos que são violados por estes mega eventos. Não só os direitos da cidade, como também o direito de

ser visto, de existir. Há muito esforço em tornar uma grande parte da população invisível. Muitos mega projetos, associados a mega eventos, têm o propósito de esconder a pobreza. O novo elevador no Cantagalo, lindo, da praia você vê o elevador, não mais a favela. Então, você pode ir a Ipanema e fingir que não há favela. As paredes que estão construindo na Linha Amarela, as pessoas ficam escondidas e tudo o que você vê são montanhas. Há processo de idealização de uma certa visão da cidade. E o que é triste é que com esse dinheiro poderia se tentar, de fato, resolver os problemas da cidade. Mas isso seria muito idealista.

Portanto, esconder a parte pobre e servir a interesses específicos é o que vemos em qualquer lugar. Isso é dirigido pela aspiração de ser uma cidade global. Essa visão do que é uma cidade global... eficiência, modernidade, não há pobreza.

Como pensar a noção de direitos sociais quando a nova urbanidade parece apresentar-se como mero espetáculo, destituindo a gestão das cidades de sua função social primária?

Se olharmos para o Rio de Janeiro, mesmo que sua administração seja supostamente associada ao PT, há um acordo entre todos os 3 níveis de governo. Percebemos realmente o extremo de um tipo de governo neoliberal. Com o Porto Maravilha, as leis foram recentemente votadas. O que é muito interessante no Rio é que há uma resistência interessada e disposta a lutar pelos direitos da população. Eu não sei quanto poder eles de fato possuem. Conversei com algumas pessoas que me pareceram bem cansadas de lutar, mas existe sucesso. Os moradores da favela próxima à Vila Panamericana resistiram e conseguiram ficar lá. Agora eles estão no coração da nova vila olímpica. Eu tenho poucas esperanças de que eles conseguirão se organizar para resistir e permanecer à vista. Mas eles ainda têm esperança e, enquanto as pessoas têm esperança e confiam em seus direitos de cidadãos, você pode continuar acreditando e ser um pouco idealista.

Como se dá, se é que existe, a autonomia entre a formulação de planos de desenvolvimento local para atrair eventos e as prescrições das instituições internacionais que

promovem esses eventos, como COI, FIFA etc? Como as demandas e necessidades locais são consideradas nesses planos de investimentos?

Na teoria, eles devem ser respeitados. O que vemos na prática é que os investidores e os responsáveis na FIFA e no Comitê Olímpico estão passando por cima dos interesses da população local. Eu penso que esses organizadores adoram falar sobre legado e o legado desses eventos para a cidade. Essa palavra “legado” é escolhida com muito cuidado, pois ela possui uma conotação positiva. Mas na realidade, o que você tem é o que é deixado pra traz nesses eventos. O maior legado é morte nacional, ou morte local. Esses projetos arquitetônicos imensos são construídos com finalidades muito específicas e muito difíceis de serem transformados em benefícios para as comunidades. O estádio olímpico em Beijing custou um bilhão de dólares. Ele foi usado por duas semanas para as olimpíadas, depois por mais duas semanas para as paraolimpíadas. No ano seguinte, em todo o ano de 2009, ele foi usado duas vezes: duas noites para Ópera. No resto do ano, o estádio permaneceu aberto para turistas olharem uma construção vazia. Não há time profissional de qualquer esporte atualmente usando o estádio. Esse caso ilustra o que também aconteceu em Atenas, Sydney, Montreal. Estas construções custam entre \$250.000,00 e \$500.000,00 por ano só para serem mantidos. Em Montreal, o estádio olímpico só terminou de ser pago 30 anos após sua construção. O que há nesses estádios são shows de cachorro, de carros, de casamentos. Poucas vezes por ano. As pessoas na China dizem que isso não acontecerá lá, que muitas pessoas acharão utilidade. Sim, pois o estádio olímpico será transformado em um shopping. Assim eles ganham dinheiro.

Então, essas organizações têm essa linguagem para vender o legado. Um centro de piscinas. Se você é rico o suficiente para pagar pelo ingresso, você pode usufruir desse maravilhoso legado. Por mais que instituições públicas geralmente contribuam com pelo menos metade dos custos dessas construções, muito raramente isso é revertido para facilidades públicas, aberto a todos. Não só a população não pode ver ou chegar perto de construções olímpicas, pois elas são cercadas de altos muros e segurança pesada, como hoje elas são abertas apenas se você pode arcar com os custos para visitá-las. Mas elas ainda estão sendo pagas pelas taxas do dólar. Então, o legado também em termos de visibilidade e turismo é, na verdade, muito desapontador. Muitos estudos estão sendo feitos comparando como as cidades usam esse legado para incrementar o turismo e atrair investimentos. O aumento significativo do turismo, geralmente só acontece no ano seguinte ao dos Jogos Olímpicos.

Muitas pessoas escolhem não visitar o país no ano do evento, por acharem que haverá muitas pessoas lá. Então, há essa distorção interessante da situação, que é: no ano olímpico há normalmente um declínio do turismo e perda de hospedagens nos hotéis. Os hotéis ficam cheios nas duas semanas do evento. Mas no resto do ano as pessoas evitam visitar estas cidades. Portanto, nem economicamente há tanto benefício. Claro que patrocinadores olímpicos como Coca-cola, Kodak e emissoras de TV ganham muito dinheiro, bem como construtoras. Mas se falarmos em gerar empregos, desenvolvimento a longo prazo, nem tanto. São muitos custos para não muitos benefícios.

Quais elementos simbólicos estão associados à imagem de sucesso que as cidades precisam ter para receberem mega eventos?

Desenvolvimento econômico é muito importante. Ultimamente, vimos países emergentes como Korea, Japão, Brasil, China, serem gratificados com os Jogos Olímpicos como reconhecimento de sua ascensão na economia mundial e estabilidade. Para mim, a imagem da cidade é uma das coisas mais importantes. Segurança passou a ser um elemento muito importante e é por isso que muitos ficaram surpresos com o Rio conseguir sediar as Olimpíadas. Acredito que o principal problema na imagem do Rio é a segurança. Vivemos em uma sociedade de imagem, em que o visual é extremamente importante. Os maiores benefícios que um mega evento pode trazer é proveniente de televisões e propagandas. A vista deve ser muito fotogênica. Os aspectos visuais da cidade são muito importantes. Há também o fato de a América Latina nunca ter antes sediado os Jogos Olímpicos. Mas você tem que ter projetos econômicos e segurança política. E tem de haver potencial turístico, como o Rio tem. Mas, para mim, mais uma vez, a imagem visual, não só a simbólica, é muito importante.

Que tipo de resistência pode surgir em um cenário no qual a cidade que recebe um mega evento é vista como prestigiosa e frequentemente conta com o apoio de boa parte da população?

Esse é um problema enorme, porque a população acredita que esses mega eventos a trarão benefícios pessoais. É inegável que há uma visibilidade global muito forte: a marca olímpica ou a coca-cola é um dos símbolos mais reconhecidos no mundo. Então, as pessoas são facilmente atraídas e sentem orgulho. Os jogos olímpicos são um fenômeno nacional e um fenômeno na cidade. Há um patriotismo mui-

to forte. Na China, o governo associou muito bem nacionalismo e patriotismo com a propaganda das olimpíadas. Portanto, ser contra as olimpíadas era ser contra o seu país. Isso é muito perigoso. Na China, você não pode criticar abertamente o governo. As pessoas estavam muito orgulhosas de sediarem as olimpíadas, mesmo que 1,5 milhão de pessoas tenham sido desabrigadas para isso. E qualquer resistência era muito difícil de ser organizada. Se alguém falasse contra as olimpíadas, se resistisse, era visto como um inimigo do Estado, era criminalizado. No entanto, acredito que a mídia está começando a falar de forma um pouco mais crítica. Na África do Sul, nós vimos os conflitos das pessoas que trabalharam nos estádios e não foram pagas. Acredito que agora as pessoas começarão a falar mais criticamente sobre isto. Mesmo no Brasil, onde é difícil falar contra o futebol, haverá de se ter cuidado ao mostrar resistência. As pessoas deverão se manifestar contra projetos específicos, não contra a Copa do Mundo ou contra os Jogos Olímpicos. Os mega eventos são espetáculos incríveis e as pessoas adoram. É difícil legitimar resistência nesses casos.

Os ganhos sociais em países que sediaram mega eventos foram diretamente proporcionais aos recursos públicos investidos?

Não se pode negar que há ganhos sociais. O maior ganho social é a felicidade local. Em Vancouver as pessoas enlouqueceram. Elas estavam muito felizes por serem vistas pelo resto do mundo, por terem tido sucesso em realizarem juntas um projeto. Há um sentimento muito forte de identidade na comunidade, um sentimento de pertencimento. E isso é muito difícil para os governos locais, construir esse orgulho de ser cidadão. O Brasil experimenta isso toda vez em que está na final da Copa do Mundo. As pessoas se unem e esquecem seus problemas; esse é o benefício. Há também geração de empregos a curto prazo. As pessoas estão muito felizes com Porto Maravilha, elas pensam que haverá muitos empregos para os residentes de favelas. Há esses benefícios. Mas se você mora em ocupações que serão desapropriadas, você perderá sua família, seu bairro. Pode ser uma tragédia ser realocado em um bairro distante. O deslocamento distancia os moradores locais das escolas, dos meios de transporte, da saúde, das oportunidades de trabalho, dos seus amigos que podem ajudá-los cuidando dos filhos etc. Portanto, ser removido das ocupações pode ser uma tragédia e isso acontecerá com muitas pessoas por conta desses mega eventos. Então, há ganhos sociais, como eu disse, mas, em linhas gerais, os benefícios econômicos são a longo prazo. Dois por cento disso devia ser colocado em

campanha comercial global e o resto investido em melhorias na educação e saúde. Assim, os benefícios seriam muito maiores. Claro, há muito capital político a ser ganho pelos políticos e muito dinheiro a ser ganho pelos seus amigos associados. Mas os pobres permanecerão pobres ou, provavelmente, ficarão mais pobres ainda.

Como é possível, considerando o caso brasileiro, pensar formas de fazer com que a experiência de receber mega eventos reverta-se em maneiras socialmente mais justas de gerenciamento e aplicação dos recursos?

Eu tenho grandes esperanças. O Brasil possui movimentos sociais muito fortes, com o governo Lula bastante voltado para o aspecto social. Talvez seja cedo pra falar, é preciso mais transparência nos modelos de governo, em que o povo seja consultado. Tudo isso leva tempo, é claro. É muito mais complicado tomar decisões em pouco tempo. Eu acho que as olimpíadas devem ser vistas hoje de modo a minimizar a construção de nova infraestrutura e maximizar a construção de facilidades para a comunidade. Portanto, os novos estádios deviam ser construídos em campus universitários ou escolas, ou serem construções temporárias, que depois possam ser demolidas. Mas investir em mega projetos que permanecerão vazios depois é desperdício de fundos públicos. É importante repensar o modelo olímpico e eu acho que os arquitetos brasileiros são inovadores, são ótimos designers. Seria um desafio tentar reinventar

Não se pode negar que há ganhos sociais. O maior ganho social é a felicidade local. Em Vancouver as pessoas enlouqueceram. Elas estavam tão felizes por serem vistas pelo resto do mundo, por terem tido sucesso em realizarem juntas um projeto. Há um sentimento muito forte de identidade na comunidade (...) Mas os pobres permanecerão pobres e, provavelmente, ficarão mais pobres ainda.

um modelo com tanto desperdício também ecológico. Haverá muito gasto de energia, por exemplo, nas construções, para que elas só sejam usadas nas olimpíadas e paraolimpíadas. Principalmente porque estarão localizadas em Jacarepaguá, onde não há pessoas morando por perto, só há o Rio Centro. Esses

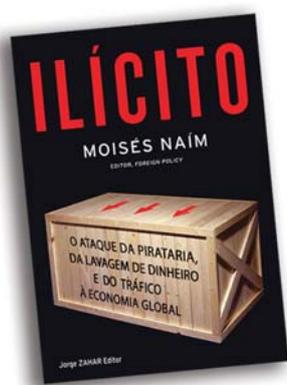
projetos são ridículos, estão no meio do nada. Entretanto, as construções ainda não começaram, talvez ainda haja tempo de reinventar o modelo olímpico. Por que construir um prédio de concreto, se há recursos reutilizáveis de onde as comunidades locais podem tirar proveito? É preciso pensar em novos usos para o que será erguido. A vila olímpica pode ser um local para pessoas morarem depois, a ser vendido para as classes médias e baixas. Eu penso que há como construir esses projetos com responsabilidade social e ecológica. Na minha opinião, seria muito progressista e seria tão novo e inovador que também representaria benéfico para a imagem da cidade e da nação. Mas, a 6 anos dos Jogos Olímpicos, tenho dúvidas se esta é a direção que está sendo tomada. Mas eu mante-

Se o Brasil não tiver sucesso ao inventar um novo modelo olímpico, eu não sei que país poderá fazê-lo. Este é o país do futuro, o país da natureza, da democracia. Então, veremos. Eu ainda estou esperançosa.

nho a minha posição. Meus amigos brasileiros estão mais pessimistas que eu. Eu me mantenho bastante otimista sobre tentar achar um novo modelo brasileiro, por isto eu mudei da China para vir estudar o Brasil. Aqui há todos os ingredientes. Se o Brasil não tiver sucesso ao inventar um novo modelo olímpico, eu não sei que país poderá fazê-lo. Este é o país do futuro, o país da natureza, da democracia. Então, veremos. Eu ainda estou esperançosa. ■

“Enxugando Gelo” ou a inevitável vitória do comércio ilícito

Por Arthur Coelho Bezerra



NAÍM, Moisés. *Ilícito: o ataque da pirataria, da lavagem de dinheiro e do tráfico à economia global*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. 337 pags. ISBN 85-7110-910-9

Arthur Coelho Bezerra
arthur.ufrj@ufrj.br

É doutorando em Sociologia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ), pesquisador do Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU/UFRJ) e professor do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora (ICH/UFJF).

Foi o trabalho como editor da revista *Foreign Policy* que levou o venezuelano Moisés Naím a fascinar-se pelo tema do comércio ilícito. Economista, ex-ministro da Indústria e do Comércio da Venezuela e ex-diretor executivo do Banco Mundial, Naím passou anos estudando crises financeiras e corrupção, até perceber que suas pesquisas sobre “tópicos aparentemente desconexos” (14) levavam-no com frequência ao mundo do comércio ilícito e do crime global.

A postura do autor está clara desde o início do livro: trata-se de “um comércio que infringe leis, regulamentações, licenças, tarifas, embargos e todos os procedimentos de que as nações lançam mão a fim de organizar os negócios, proteger os cidadãos, aumentar as receitas e reforçar os códigos morais” (8). E, não obstante, este tumor alojado na economia mundial está se alastrando desmedidamente: de acordo com a Interpol, desde o início dos anos 1990, o comércio de produtos falsificados cresceu oito vezes mais que o comércio legal.

Vinte anos atrás, as perdas comerciais em todo o mundo, devidas à pirataria, eram estimadas em cinco bilhões de dólares; hoje, estão em torno de 500 bilhões. Isso faz com que o custo das falsificações corresponda a 10% do valor de todo o comércio mundial – equivalente, digamos, ao PIB da Austrália (108).¹

¹ Os termos “pirataria” e “falsificação” são usados como sinônimos por Naím, embora a definição legal de pirataria no Brasil (Decreto nº 5.244 de 2004) refira-se apenas a violações de direitos autorais, como no caso de CDs e DVDs de filmes, músicas, jogos eletrônicos e *softwares*. Essa definição não abarca, portanto, violações de marca como contrafação de tênis, roupas, cigarros, remédios e demais exemplos.

Os números apresentados, é claro, representam grosseiras estimativas, que podem “tanto subestimar como superestimar a realidade” (16). Mas demonstram, sem sombra de dúvida, a pujança que a atividade comercial realizada à margem da lei ganhou na era digital. Embora o comércio ilícito seja antigo na história humana (como também o é o uso de drogas e armas, vale ressaltar), Naím argumenta que sua configuração na era da globalização e da internet trouxe mudanças que ainda não foram apropriadamente assimiladas, quer seja por políticos, quer seja pela sociedade em geral. O autor destaca três grandes ilusões na forma como o comércio ilícito globalizado é atualmente tratado.

A primeira delas reside na noção de que “não há nada de novo” (10). Inovações tecnológicas surgidas a partir da década de 1990 engendraram a reconfiguração dos mercados ilegais, não apenas através da minimização dos custos de transporte e da digitalização de certos bens culturais pré-existentes, tais como músicas, filmes, jogos e livros, como também mediante a criação de novos produtos, como *softwares* e aplicativos para computadores, e mesmo certos produtos que não podiam ser transportados ou inventariados – rins humanos, por exemplo. Sem contar com o fato de que “governos também favorecem o comércio ilícito ao criminalizar novas atividades. A troca de arquivos na Internet, por exemplo, é uma atividade ilegal que adicionou milhões às fileiras de comerciantes ilícitos” (10).

A segunda ilusão é a de que “o comércio ilícito é mera questão criminal” (11). Pensar o comércio ilícito internacional como uma mera manifestação do comportamento criminoso é desconsiderar o fato de que os crimes globais estão transformando o sistema internacional, exigindo que as autoridades investigativas migrem de uma visão de crime organizado para um entendimento das estruturas, hierarquias e disciplinas destas atividades, características encontradas no mundo corporativo.

A terceira e última ilusão é a de que “o comércio ilícito é um fenômeno subterrâneo” (12). Naím destaca expressões como “paraíso fiscal”, “mercado negro” e “dinheiro sujo” para revelar como ainda somos dominados por um pensamento cartesiano que acredita na habilidade de estabelecer limites morais e econômicos e patrulhar fronteiras que, na prática, se confundem. Para Naím, “essa é a mais perigosa das ilusões, pois se assenta em bases morais e tranqüiliza, com seus argumentos, os cidadãos – e conseqüentemente a opinião pública – num sentido de elevada virtude e falsa segurança” (12).

Nessa configuração, o papel de nações como Brasil e Venezuela – país onde Naím foi ministro – ganha corpo:

em particular nos países em desenvolvimento, as pessoas geralmente parecem não se abalar com o predomínio de produtos falsificados, mesmo aqueles que apresentam defeitos ou, como no caso dos medicamentos piratas, podem fazer mal à saúde ou matar. Em parte, isso acontece porque não têm escolha (110).

Ainda segundo o autor, “o risco ou a inconveniência de um produto defeituoso é um aspecto conhecido do cotidiano. E a falsificação pode ser vista como um mal menor que, ao menos, cria postos de trabalho e gera receita no mercado local” (110).

Mas não nos deixemos enganar por esse trecho: o tom do livro de Naím é outro, como está claro no título do primeiro capítulo (“As batalhas que estamos perdendo”) e no próprio subtítulo original do livro². No penúltimo capítulo, “O que fazer”, Naím lista as suas principais constatações sobre o comércio ilícito: ele “é movido por grandes lucros, não por uma pequena moral”; ele “é um fenômeno político”; ele “envolve mais transações do que produtos”; ele “não existe sem o comércio lícito”; e ele “envolve cada um de nós” (224-226). Nesta última seção, o autor diz ser “um engano acreditar em uma clara linha divisória entre mocinhos e bandidos na atual realidade do tráfico” (226), citando o comportamento de

cidadãos que nunca deixam de pagar seus impostos e nunca avançam o sinal vermelho, embora fumem um baseado ocasionalmente ou, nem isso, ouçam músicas baixadas ilegalmente na Internet e comprem bolsas falsificadas da Louis Vuitton – todos têm algum vínculo com o comércio ilícito nos dias de hoje (226-227).

E assim Naím conclui que “jamais progrediremos se nossa atenção se concentrar exclusivamente nos fornecedores de bens ilícitos, e não nos bons cidadãos cuja demanda por esses produtos cria os incentivos que possibilitam todo o negócio” (227).

Arrisco dizer que é na perspectiva dialética do capitalismo moderno, e não na moralização dos consumidores, que podemos encontrar a chave dessa questão. A sociedade de consumo fez com que esta dimensão se tornasse a razão de sua existência, o foco de sua cultura, a própria matriz de sua identidade. E hoje, para se inventarem simbolicamente e para habitarem a comunidade mundial, as pessoas precisam consumir mercadorias de todos os tipos, mesmo que sejam falsificações, genéricos, piratas. É isso que o sistema capitalista espera delas. E aí reside a dialética do capitalismo, tantas vezes aludida por Marx e presente naquilo que Naím considera um “princípio

² Como contrabandistas, traficantes e piratas estão seqüestrando a economia global (*How smugglers, traffickers and copycats are hijacking the global economy*).

fundamental”: “quanto maior o sucesso de uma marca, mais esta é pirateada. A vulnerabilidade diante das falsificações é o calcanhar-de-aquiles da identidade da marca” (107).

De fato, todas as marcas conhecidas tendem a ser falsificadas. Segundo Naím,

em uma mesma ‘feira de muamba’, vendem-se livros e DVDs piratas; cópias ilegais de softwares da Microsoft e da Adobe, acessórios falsificados de Gucci e Chanel; máquinas industriais adulteradas, produzidas com peças de segunda linha e passíveis de acidentes; placebos vendidos como Viagra a ingênuos compradores por correio; medicamentos vencidos e adulterados que, além de não curarem, matam (7-8).

Estas feiras que transformam as grandes cidades ocidentais em “bazares” – conforme analisaram Michel Misse, Vincenzo Ruggiero e Nigel South – não são, todavia, os únicos centros de comércio ilícito. Muitas mercadorias não têm como ser comercializadas nesses moldes; obras de arte e antiguidades roubadas, por exemplo, ao invés de aparecerem em feiras livres e camelódromos, podem formar “uma espécie de reserva monetária e uma alternativa para ocultar ganhos ilícitos” (162). Uma outra lógica, por sua vez, opera no comércio de rins humanos, de “córneas, fígados, pâncreas para transplantes” e de “corações, pulmões e genitais para medicamentos e preparados tradicionais”: segundo Naím, “alguns, como Índia, China e Brasil, são grandes fornecedores de órgãos.

Outros, como Turquia e África do Sul, tendem a abrigar transplantes”, por conta de uma combinação de “excelente infra-estrutura hospitalar com fiscalização frouxa e corruptível” (151).

Desde o clássico “A grande transformação”, de Karl Polanyi, até o recente “Vida para consumo”, de Zigmunt Bauman, a mercadorização de tudo que possa ter algum valor para os homens mostra-se um processo inseparável da lógica do sistema capitalista. Isso se reflete nos mercados criados à margem da lei que hoje agregam, além dos produtos supracitados,

drogas ilegais, espécies ameaçadas, seres humanos como mercadorias destinadas à exploração sexual e profissional, cadáveres e órgãos para transplantes, metralhadoras e lançadores de foguetes, centrífugas e substâncias químicas usadas no desenvolvimento de armas nucleares (8).

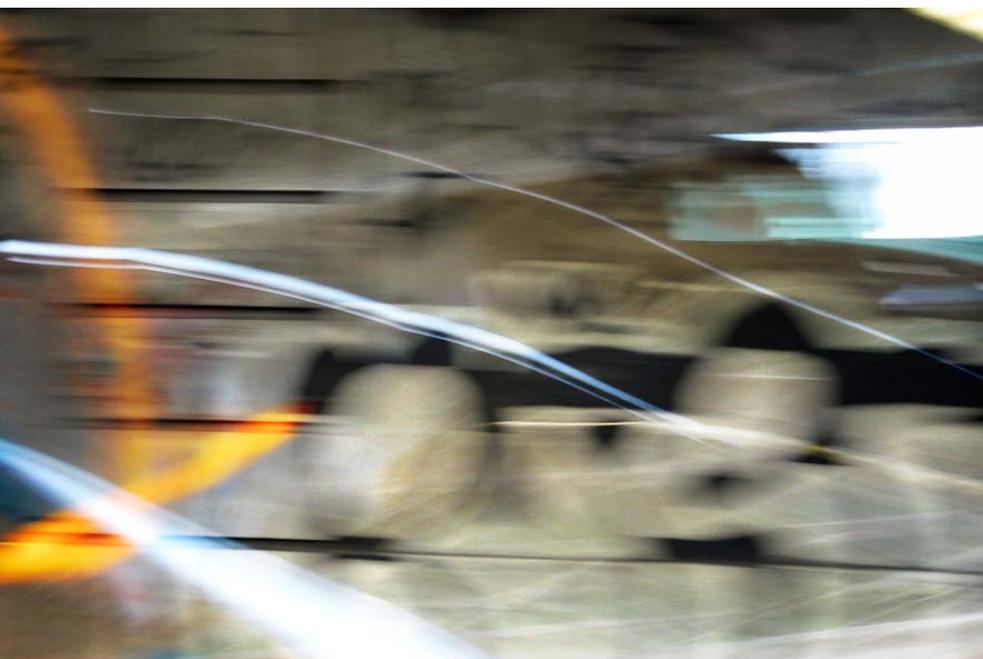
Todos os mercados nos quais estes bens circulam são descritos por Naím em suas idiosincrasias, ainda que, no fim das contas, sejam vistos pelo autor sob uma mesma perspectiva crítica que, se por um lado elogia os esforços de governos, organismos internacionais, funcionários públicos e ONGs, por outro não deixa de admitir uma postura derrotista em relação a esse combate. Não raro, as conversas do autor com consumidores e autoridades de diferentes países levam-no à impressão de que, como diz o dito popular, estamos enxugando gelo.

Por Arthur Coelho Bezerra

Narrativas da Cidade

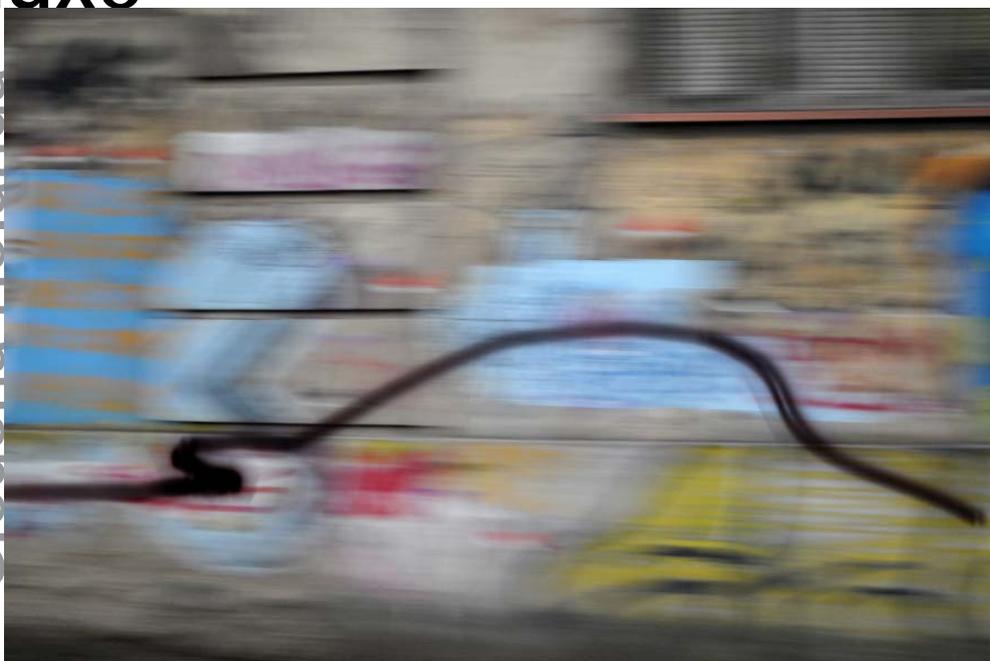
O presente ensaio fotográfico foi produzido especialmente para a *e-metropolis*, pelas artistas: Giodana Holanda, Jacqueline Siano, Juana Amorim, Juliana Franklin, Lia Sarno, Lídice Matos e Leandra Lambert - um trabalho colaborativo desenvolvido no Núcleo de Arte e Tecnologia da Escola de Artes Visuais do Parque Lage da Secretaria de Estado de Cultura.

Partindo da relação entre arte, cotidiano e mobilidade, o grupo visa a criação de narrativas pessoais sobre a cidade através de experiências de percursos e registros da vida cotidiana contemporânea utilizando câmeras digitais e telefones celulares, em diálogos entre palavras e imagens. As imagens desse ensaio foram criadas a partir das palavras: fluxo, troca, passagem, deslocamento, confusão, ruído e abandono, que representam formas momentâneas de ver a cidade por cada uma das artistas.



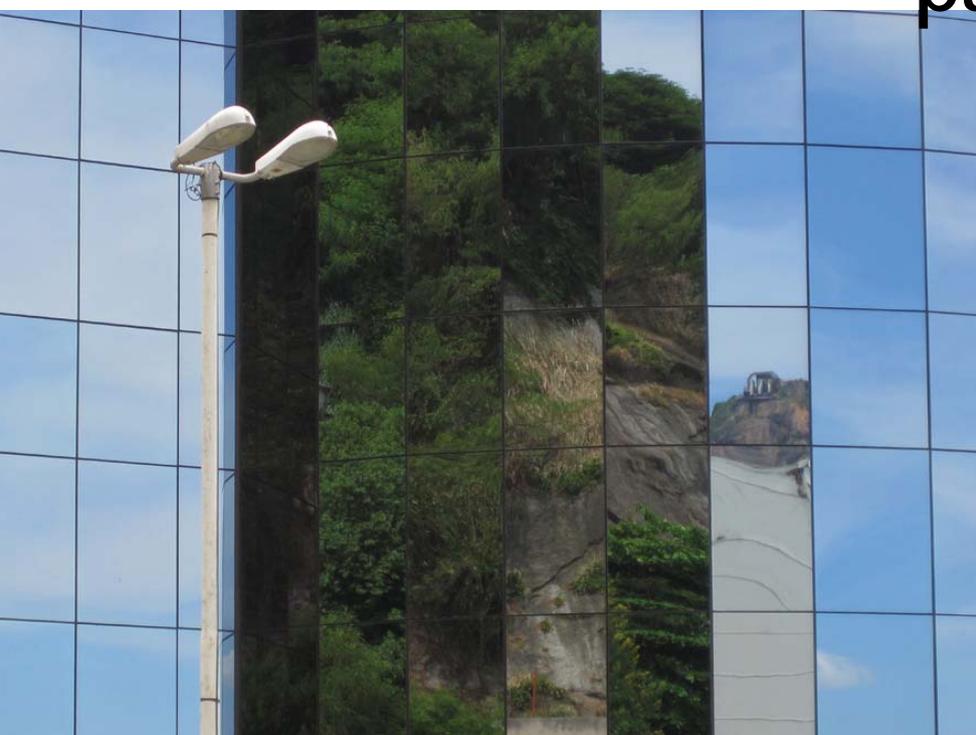
fluxo

Giodana Holanda





passagem



Juana Amorim



Lídice Matos

abandono



deslocamento

Jacqueline
Siano



Juliana
Franklin



confusão

troca



Lia Sarno



ruído

Lenandra Lambert



REALIZAÇÃO



APOIOS

